



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12|dezembro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
Subsídio de Desemprego e Transição para o Emprego	35
O Efeito Orçamental do Envelhecimento da População em Portugal no Contexto da União Europeia	41
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	51
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	61

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Na parte final do ano de 2012, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana devido aos progressos alcançados na construção da união bancária europeia; na reestruturação do setor bancário de Espanha e no acordo alcançado relativamente à dívida da Grécia. Neste âmbito, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, especialmente os da área do euro, invertendo a quebra registada nos anos de 2010 e 2011; enquanto o mercado de capitais dos EUA ainda se encontrou sob influência dos riscos de um abismo orçamental (*fiscal cliff*). Em dezembro de 2012, a taxa de câmbio do euro face ao dólar teve uma apreciação significativa, tendo no dia 19 sido de 1,33 (o valor mais elevado desde finais do mês de março). No período mais recente, o diferencial de rentabilidade das taxas de juro de longo prazo dos países da área do euro mais atingidos pela crise de dívida soberana face à Alemanha tem vindo a diminuir revelando a obtenção de uma melhoria das condições de financiamento.
- * No 3.º trimestre de 2012, o PIB do G20 aumentou 2,6% em termos homólogos reais (2,9% no 2.º trimestre) influenciado pelo abrandamento da generalidade das economias avançadas e dos países emergentes, com exceção dos EUA, do Reino Unido e do Brasil, os quais registaram uma aceleração neste período. Para o conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação homóloga aumentou para 2,3% em outubro de 2012 (2,2% em setembro) e a taxa de desemprego subiu para 8%. Os dados relativos ao 4.º trimestre de 2012 com base em inquéritos indicam a continuação de um dinamismo moderado do crescimento económico mundial com o sentimento a estabilizar em níveis baixos durante este período.
- * Em outubro de 2012, a produção industrial mundial aumentou para 2,6% em termos homólogos (2,1% em setembro) devido à melhoria do crescimento dos países emergentes (especialmente asiáticos); enquanto a das economias avançadas se deteriorou. O comércio mundial de mercadorias também acelerou devido sobretudo ao desempenho positivo registado, igualmente, para os países emergentes; já que as trocas comerciais das economias avançadas continuaram a diminuir.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2012 indicam uma expansão mais moderada da economia assente essencialmente na procura interna e apoiada por um fortalecimento do mercado de habitação e por uma melhoria do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012, a produção industrial e as vendas a retalho desaceleraram; a taxa de desemprego diminuiu para 7,8% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 2%.
- * No 3.º trimestre de 2012, tanto o PIB da União Europeia (UE) como da área do euro (AE) desaceleraram em termos homólogos reais, tendo diminuído 0,4% e 0,6%, respetivamente (-0,3% e -0,5%, respetivamente, no 2.º trimestre) em resultado da quebra da procura interna e do enfraquecimento das exportações. No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE, mas de forma menos pronunciada do que no 3.º trimestre de 2012. Em outubro de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE, para 10,7% e 11,7%, respetivamente. Em novembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 2,2% em termos homólogos e para 2,5% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* desceu, em dezembro de 2012, para se situar, em média, em 109 USD/bbl (83€/bbl), até ao dia 20.

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do 3.º trimestre de 2012 divulgadas pelo INE apontam para uma contração real do PIB de 3,5% em termos homólogos. O PIB registou uma diminuição de 0,9% em cadeia.
- * De acordo com os dados do IEFP, no final de novembro de 2012, estavam registados 698 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 0,4% face ao mês de outubro e de 19,6% face ao mesmo período do ano anterior.
- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 1,9% em novembro de 2012 (-0,2 p.p. face ao verificado no mês de outubro).
- * Até novembro de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo comparável na Administração Local, foi de 6.684,5M€. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 6.570,8M€, reduzindo-se 1.214,7M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a redução do défice do Estado, em 2.060M€, e, em menor grau, dos Serviços e Fundos Autónomos, em 70M€. Em contrapartida, a diminuição do excedente da Segurança Social, em 847,9M€, e o agravamento do défice da Administração Regional, em 67,4M€, compensaram parcialmente a diminuição do défice do Estado. O défice das EPR foi de 703,3M€, mais 45M€ do que o registado até ao mês anterior.
- * Nos primeiros onze meses do ano, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 1.238,1M€, o que compara com um défice de 286,6M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba contemplada no orçamento rectificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores (1.500M€), o défice do SNS melhora em 24,7M€.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 7,1% nos primeiros dez meses de 2012. Neste mesmo período, as importações decresceram 5%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 35,3%, correspondendo a 5.029 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 80,6%, mais 9,1 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros dez meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (5,1%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-8,9%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 67%.
- * No último ano a terminar em outubro de 2012, as exportações de mercadorias cresceram 7,6% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,7 p.p.), das “Máquinas” (+1,5 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,3 p.p.). Nos primeiros dez meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,5 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,4 p.p.).
- * De janeiro a outubro de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 1,6% e contribuíram em 1,2 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de outubro de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

positiva de 1,2 % e as exportações para os países do Alargamento 11,8%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 0,9 p.p. e 0,4 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,2 % para 22,4 % no período de janeiro a outubro de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para França e o Reino Unido (+0,4 p.p. e +0,3 p.p. respetivamente).

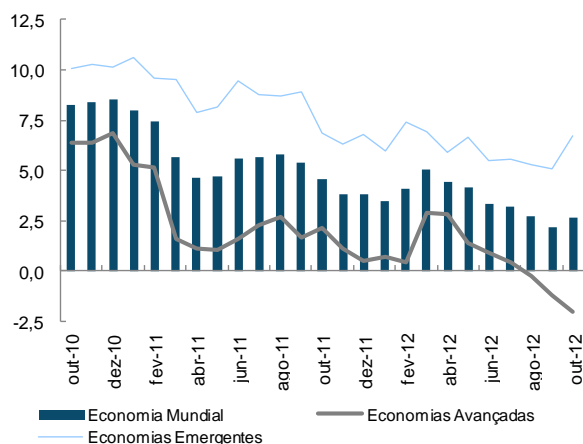
- * Nos primeiros dez meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 23,7%, passando a representar 28,8 % do total das exportações nacionais (+3,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+150,0%), Angola (+33,3%) e EUA (+33,2%).
- * De janeiro a outubro de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 7,7%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+6,8 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de setembro de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,1% nos primeiros nove meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (7,3% e 0,3%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+5,0 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em outubro de 2012, a produção industrial mundial acelerou para 2,6% em termos homólogos (2,1% em setembro) devido à melhoria do crescimento dos países emergentes (especialmente asiáticos). Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas deteriorou-se, tendo registado uma quebra pelo 2.º mês consecutivo.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



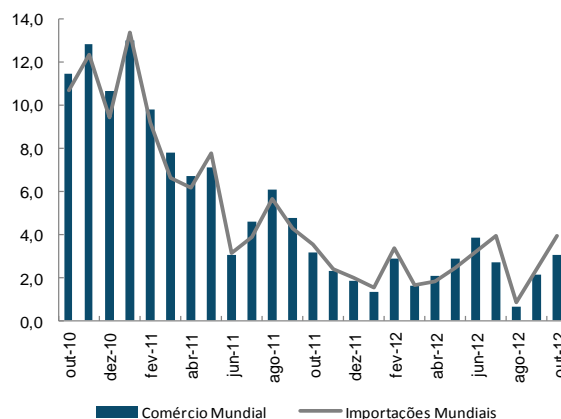
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais, apesar do movimento ascendente ter sido mais acentuado para o caso das importações.

De facto, em outubro de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou um aumento de 3,1% (2,1% em setembro);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 3,9% e 2,2%, respetivamente (2,4% e 1,9%, em setembro).

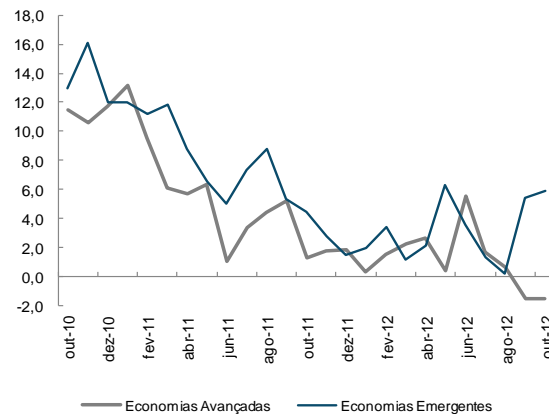
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A aceleração registada nas trocas comerciais neste mês atingiu sobretudo os países emergentes e em desenvolvimento, especialmente na vertente das importações, refletindo o reforço da procura interna desses países. Já em relação às economias avançadas, as trocas comerciais diminuíram, apesar das importações terem registado uma ligeira melhoria.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

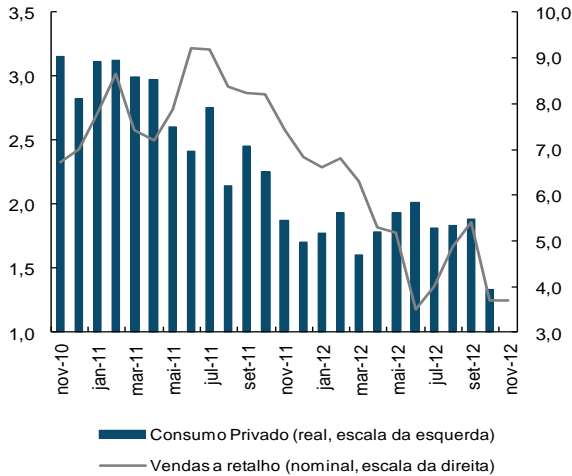
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	5,6	4,0	4,2	4,0	2,7	3,2	2,7	2,1	2,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	2,2	1,2	1,3	1,7	-0,3	0,5	-0,3	-1,2	-2,0	
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	8,8	6,6	6,8	6,0	5,3	5,6	5,3	5,1	6,7	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,8	5,2	2,4	2,0	3,0	1,8	2,7	0,6	2,1	3,1	
Importações Mundiais	VH	CPB	5,6	4,6	2,6	2,2	2,5	2,4	4,0	0,8	2,4	3,9	
Economias Avançadas	VH	CPB	3,5	2,2	0,8	0,5	0,8	0,0	1,1	-0,1	-1,1	-0,6	
Economias Emergentes	VH	CPB	8,0	7,4	4,7	4,0	4,5	5,1	7,2	1,9	6,2	8,8	
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	5,7	2,2	1,7	3,4	1,3	1,5	0,4	1,9	2,2	
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	4,3	1,6	1,3	2,8	0,3	1,7	0,6	-1,5	-1,5	
Economias Emergentes	VH	CPB	7,0	7,1	2,9	2,2	4,0	2,3	1,3	0,2	5,4	5,9	

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2012 indicam uma expansão económica mais moderada dos EUA, assente essencialmente na procura interna, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e pela melhoria do mercado de trabalho.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



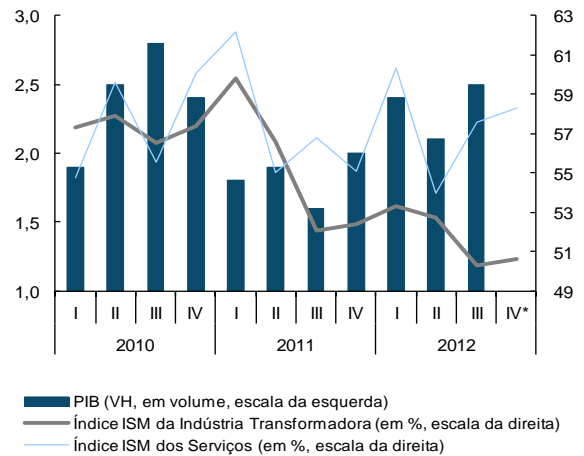
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com, efeito, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 2,1% (3,4% no 3.º trimestre) apesar da evolução positiva do indicador de confiança dos empresários da indústria e dos serviços;
- as vendas a retalho abrandaram para 3,7% em termos nominais (4,8% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 7,8% e a taxa de inflação aumentou para 2,0% (1,7% no 3.º trimestre).

Em outubro de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado desacelerou para 1,3% em termos reais (1,9% em setembro) e as exportações abrandaram para 1,0% em termos nominais (3,7% em setembro).

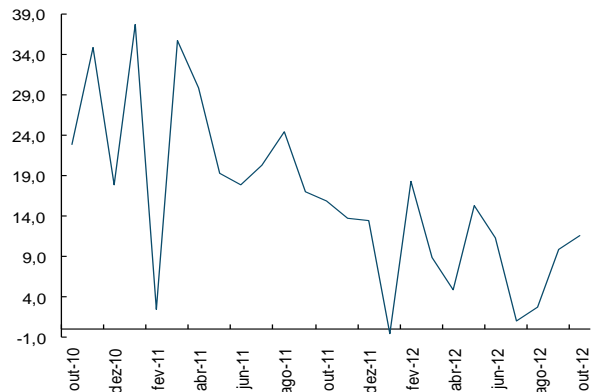
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de outubro e novembro.

Os indicadores disponíveis para a China, sugerem uma melhoria da atividade económica no decurso do 4.º trimestre de 2012. De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012 e, em termos homólogos, a produção industrial acelerou para 9,9% (9,1% no 3.º trimestre) e as vendas a retalho aumentaram 14,7% (13,5% no 3.º trimestre). Em outubro de 2012, as exportações tornaram a progredir, especialmente para os EUA e a Ásia.

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

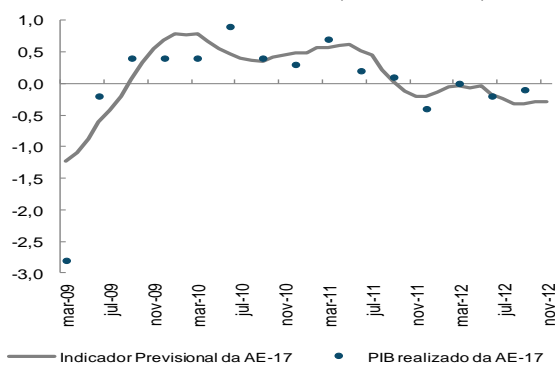
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
EUA – PIB real	VH	BEA	1,8	1,6	2,0	2,4	2,1	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,3	4,1	4,5	4,8	3,4	3,0	2,9	16	2,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	52,1	52,4	53,3	52,7	50,3	49,6	51,5	51,7	49,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	56,8	55,1	60,3	54,0	57,6	55,6	59,9	55,4	61,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	59,6	65,0	75,5	76,3	75,0	74,3	78,3	82,6	82,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,1	8,1	7,8	7,9	7,7
China – PIB real	VH	NBSC	9,3	9,1	8,9	8,1	7,6	7,4	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	20,7	14,4	8,9	10,5	4,5	2,7	9,9	11,6	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,6	-0,5	0,0	3,3	4,0	0,5	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), embora de forma menos pronunciada do que no 3.º trimestre. Consoante, o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB em cadeia da AE estabilizou, em novembro, continuando, porém, a prever a manutenção de uma variação negativa para o 4.º trimestre (-0,1% no 3.º trimestre).

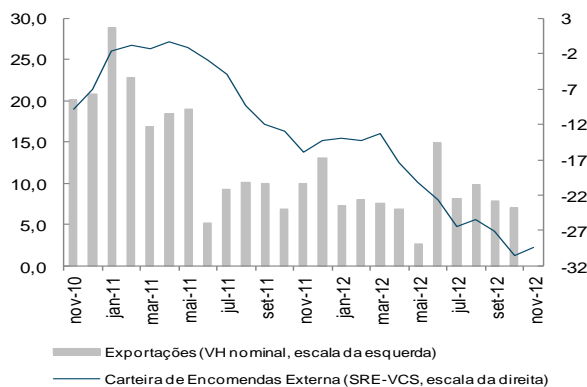
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em outubro de 2012, indicam um enfraquecimento da atividade económica, com destaque para a continuação da quebra da produção industrial, das vendas a retalho e, para um crescimento menos robusto das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

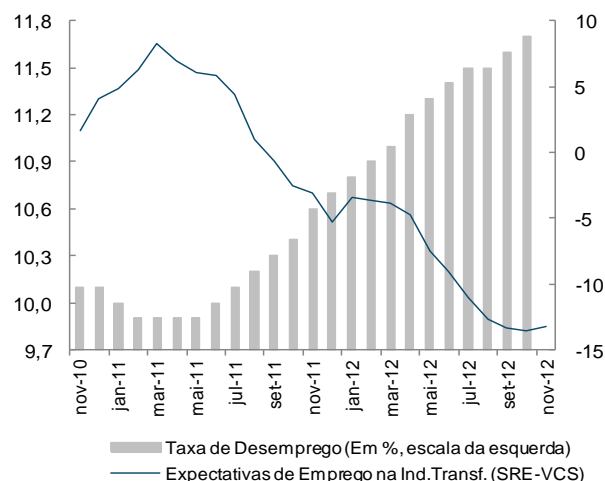
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,4	0,8	0,1	-0,3	-0,4	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	97,5	92,6	93,3	91,3	87,4	87,0	86,2	86,1	88,1	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	1,3	0,6	-0,1	-0,5	-0,6	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	98,4	93,6	94,1	91,1	86,4	86,1	85,2	84,3	85,7	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	3,6	-0,2	-1,6	-2,3	-2,4	-2,1	-2,7	-3,9	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,5	-0,7	-1,3	-1,1	-1,4	-1,3	-1,3	-1,6	-2,8	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,2	10,6	10,9	11,3	11,5	11,5	11,6	11,7	:	
IHPC	VH	"	2,7	2,7	2,9	2,7	2,5	2,5	2,6	2,6	2,5	2,2	

Em outubro de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE para 10,7% e 11,7%, respetivamente.

Em novembro de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e dos serviços; enquanto pioraram para a construção e o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em novembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 2,2% em termos homólogos e para 2,5% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,6% em outubro). A evolução descendente da inflação resultou sobretudo da desaceleração dos preços de energia, os quais diminuíram para 5,7% em termos homólogos (8,0% em outubro).

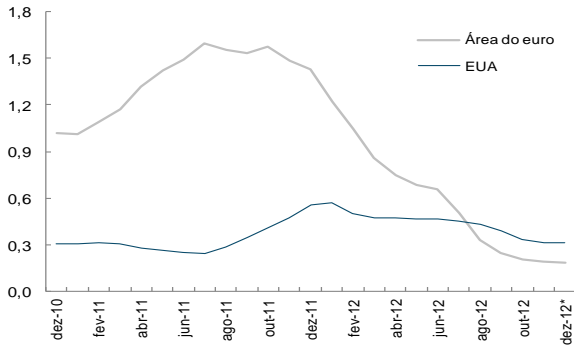
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis mantiveram o aumento de 2,4% em termos homólogos nominais no 3.º trimestre de 2012.

No 3.º trimestre de 2012, o emprego total da economia diminuiu 0,7% em termos homólogos na AE, igual à redução do trimestre precedente, acompanhado de um ligeiro abrandamento da produtividade, a qual aumentou 0,1 p.p. (0,2 p.p. no 2.º trimestre).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em dezembro de 2012 e até ao dia 20, as taxas de juro de curto prazo diminuíram muito ligeiramente na área do euro e nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,186% (0,193%, em novembro) e a dos EUA em 0,310% (0,311%).

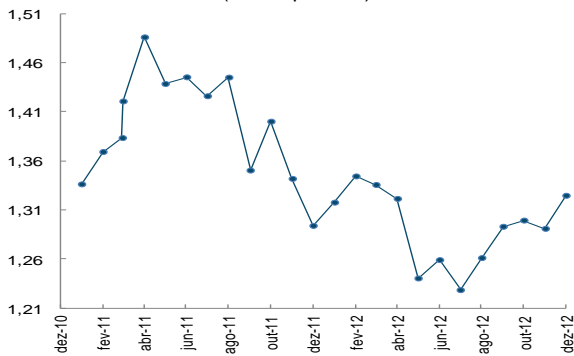
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 20.

Em novembro de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA. Apesar da fragilidade da situação económica da área do euro, assistiu-se, no período mais recente, a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros associados à dívida soberana devido aos progressos feitos na arquitetura da união bancária europeia; na reestruturação do setor bancário de Espanha e no acordo alcançado relativamente à dívida grega.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

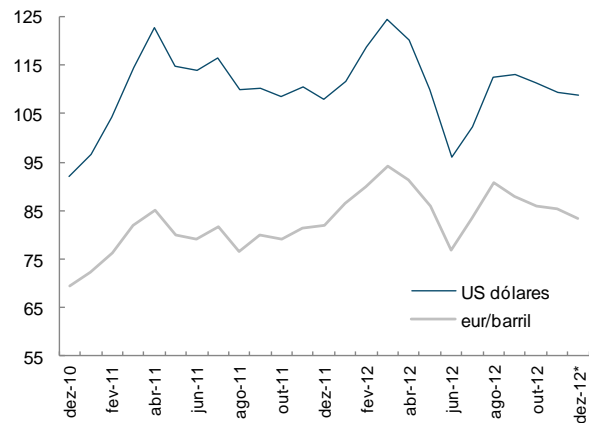


Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro, o valor é do dia 20.

Após uma interrupção em novembro, registou-se, em dezembro, uma apreciação significativa do euro face ao dólar, tendo atingido no dia 19 (1,33), o valor mais elevado desde finais de março de 2012. Esta evolução reflete, em parte, os passos positivos dados em favor da construção da união bancária europeia, com impacto na melhoria das condições de financiamento dos países mais atingidos pela crise de dívida soberana.

Em novembro de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado manteve-se em 86,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em dezembro de 2012, e até dia 20, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 109 USD/bbl (83 €/bbl), sendo o resultado, por um lado, de uma redução da procura esperada de petróleo, na sequência do enfraquecimento da economia mundial e, por outro, da expectativa de um aumento da oferta proveniente, especialmente, dos países não pertencentes à OPEP.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 20.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 0,2% em termos homólogos (-10,3% no 3.º trimestre). Para esta evolução contribuiu sobretudo a forte subida dos preços dos produtos alimentares, os quais aumentaram 7,8% em termos homólogos (2,9% no 3.º trimestre).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,36	0,78	0,66	0,22	0,28	0,22	0,20	0,19
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,43	2,05	2,04	1,82	1,64	1,68	1,72	1,75	1,65
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,30	4,53	4,39	4,27	3,99	4,03	3,79	3,57	3,47
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,350	1,294	1,336	1,259	1,293	1,26	1,29	1,30	1,30
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	-12,1	12,0	8,1	-2,5	4,3	0,6	2,6	-2,5	-0,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	8,4	4,9	0,6	2,0	2,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	112,18	108,94	118,21	108,78	109,31	112,42	113,16	111,44	109,41
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	-2,6	2,3	2,7	2,7	-1,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	33,4	25,8	17,3	4,2	10,0	18,56	10,01	8,52	4,73
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	80,1	78,7	81,6	88,4	88,3	84,7	88,7	86,8	86,2	86,2

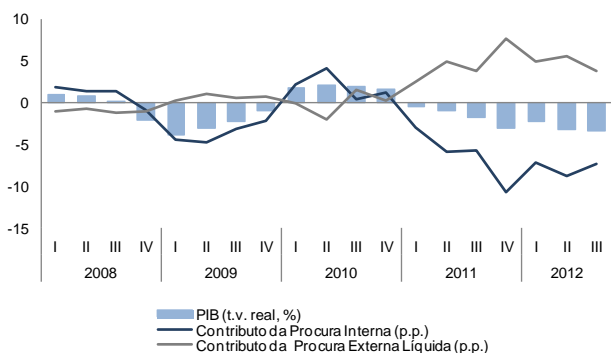
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do 3.º trimestre de 2012 divulgadas pelo INE apontam para uma contração real do PIB de 3,5% em termos homólogos (-0,9% face ao trimestre anterior). O contributo positivo da procura externa líquida foi menos acentuado (3,9 p.p. contra 5,6 p.p. do trimestre anterior), tendo o contributo da procura interna sido menos negativo para a variação homóloga do PIB (-7,4 p.p. face a -8,7 p.p. no trimestre anterior).

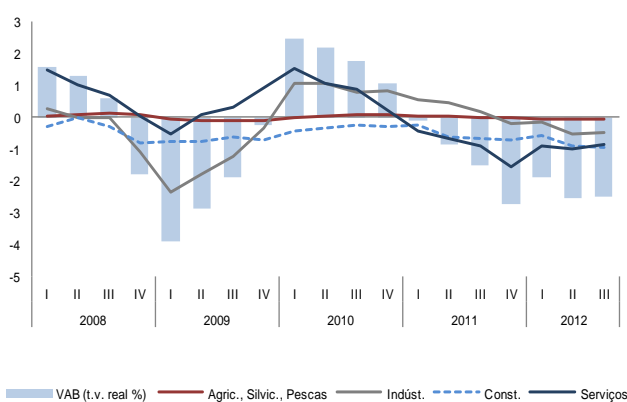
Figura 2.1. Contributo para a Variação Real do PIB



Fonte: INE.

No 3.º trimestre todos os ramos de atividade contribuíram para a quebra real de 2,5% do VAB. A construção foi o ramo que apresentou maior quebra em termos homólogos (-18,4%).

Figura 2.2. Contributo para a Variação Real do VAB



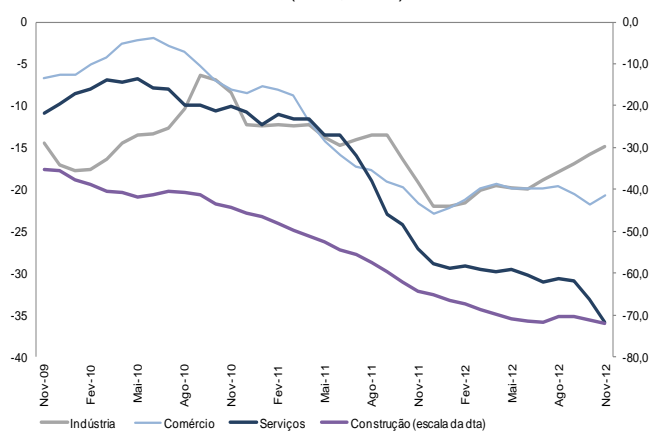
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro sugerem uma melhoria da atividade, assim:

- na indústria transformadora, quer o índice de produção quer o índice de volume de negócios apresentaram quebras de 3,1% (-3% e -5,2% respetivamente no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção registou uma diminuição de 18,1% (+0,2 p.p. face ao valor observado no 3.º trimestre);
- o índice de volume de negócios nos serviços registou uma variação -9,3% (+0,6 p.p. face ao valor observado no 3.º trimestre);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou variação de -5,2% (+0,4 p.p. face ao valor observado no último trimestre).

No trimestre terminado em novembro, os indicadores de confiança da indústria transformadora e do comércio registaram melhorias, enquanto se observou uma deterioração deste indicador na construção e nos serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011	2012			2012			
				4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-3,1	-2,3	-3,2	-3,4	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-4,4	-4,8	-4,4	-4,2	-4,0	-4,2	-4,6	-5,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-22,0	-20,2	-19,9	-19,6	-17,3	-21,6	-23,2	-22,9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-23,0	-19,9	-19,9	-20,5	-20,5	-22,2	-22,7	-17,3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-28,9	-29,6	-30,3	-31,0	-27,1	-33,9	-38,5	-35,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-65,1	-68,8	-71,5	-70,5	-68,1	-71,8	-74,1	-70,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-4,2	-1,7	-4,9	-3,0	-1,4	-8,4	0,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	0,0	0,5	-4,3	-5,2	-1,6	-9,3	2,2	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-12,3	-9,2	-10,5	-9,9	-9,5	-10,2	-8,2	:

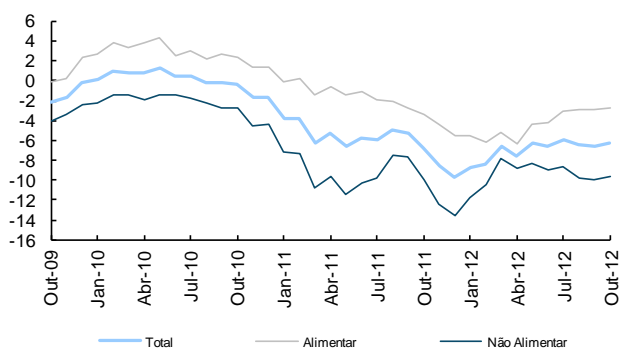
Consumo Privado

No 3.º trimestre, e segundo os dados das Contas Nacionais do INE, o consumo privado registou uma quebra de 6%, (-5,8% no trimestre anterior). Para esta evolução contribuiu a quebra mais acentuada do consumo dos bens correntes não alimentares e serviços.

No trimestre terminado em outubro, o índice do volume de negócios no comércio a retalho registou uma diminuição homóloga de 6,2% (+0,3 p.p. que em setembro).

Esta evolução decorre de uma ligeira melhoria de 0,4 p.p. na categoria dos bens não alimentares, que se reduziu 9,6% em termos homólogos, enquanto nos bens alimentares se registou uma quebra de 2,8%, +0,2 p.p. face ao trimestre anterior.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

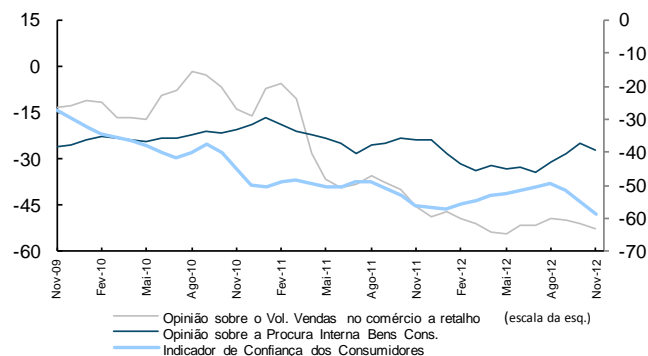


Fonte: INE.

No trimestre terminado em novembro voltou a registar-se uma deterioração quer da confiança dos empresários no comércio a retalho, quer da opinião dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria.

O indicador de confiança dos consumidores apresentou uma quebra acentuada.

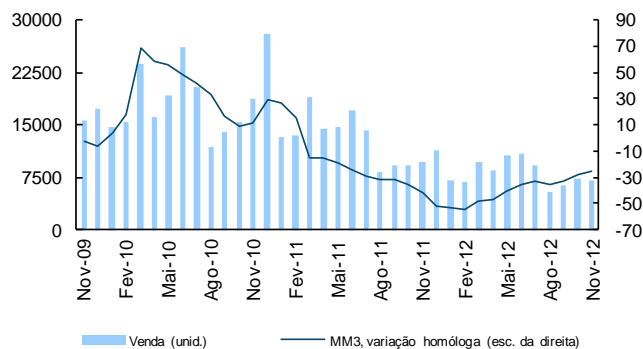
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em novembro de 2012 foram vendidos 7 127 veículos, o que representa uma quebra homóloga de 25,4% (-6,3 p.p. face ao verificado no mês de outubro). Em termos mensais verificou-se uma quebra de 3,5% nas vendas de automóveis ligeiros de passageiros.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

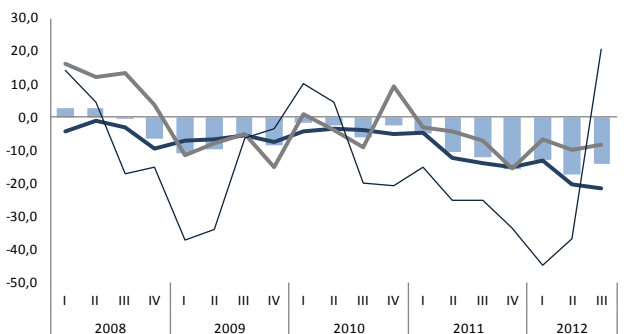
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012				
				T3	T4	T1	T2	T3	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,5	-6,6	-5,6	-5,9	-	-	-	-	-	-	
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-57	-54	-52	-51	-50	-49	-56	-61	-60	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-38	-49	-51	-52	-50	-51	-49	-49	-54	-55	
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,3	-9,7	-6,5	-6,6	-6,6	-7,8	-5,9	-5,9	-6,9	-	
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-2,8	-5,5	-5,2	-4,2	-3,0	-4,8	-1,2	-2,9	-4,3	-	
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-7,6	-13,7	-7,9	-9,0	-10,1	-10,8	-10,4	-8,8	-9,6	-	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-33,4	-35,1	-33,1	-30,9	-19,2	-25,4	
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	-0,8	-6,5	-5,1	-3,8	-7,2	-3,5	-6,4	-12,3	4,5	-	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 3.º trimestre de 2012, a formação bruta de capital fixo (FBCF) registou uma quebra de 14,2% em termos homólogos (-17,4% no 2.º trimestre). As componentes que mais contribuíram para esta evolução menos negativa foram a FBCF em equipamento de transporte e a FBCF em outras máquinas e equipamentos.

Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referencia 2006)



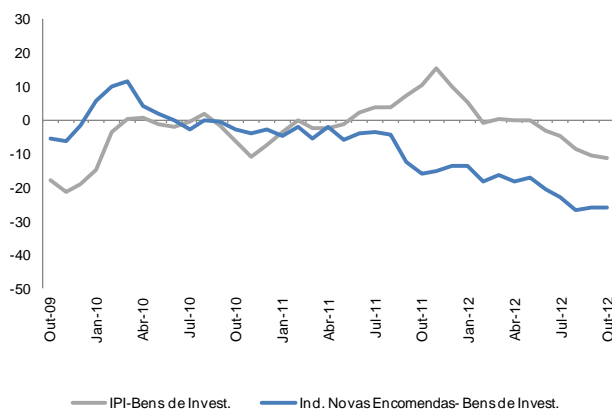
— FBCF Total — Construção — Bens de Equipamento — Equipamento de transporte

Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o mês de outubro, e em termos homólogos, mostram que:

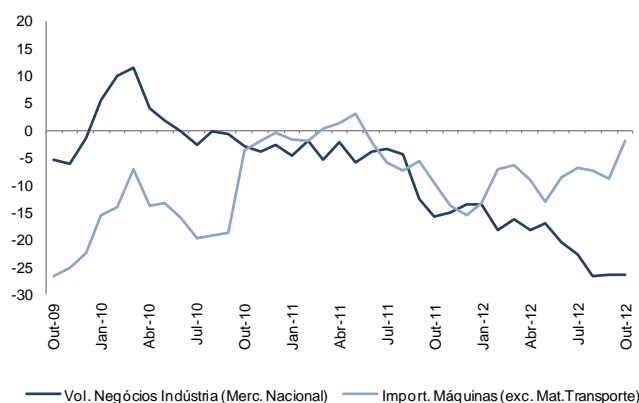
- as licenças de construção de fogos de habitação apresentaram uma quebra de 34,2%, 0,1 p.p. abaixo do valor do 3.º trimestre;
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte, desceram 7,1% (+1,7 p.p. face ao 3.º trimestre);
- O índice de produção industrial de bens de investimento no mercado nacional apresentou uma quebra de 11,4%, 1 p.p. inferior ao verificado no 3.º trimestre, enquanto o índice de novas encomendas de bens de investimento registou uma quebra de 25,8%, mantendo o valor do 3.º trimestre;
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional diminuiu 28,7%, menos 2,3 p.p. que no 3.º trimestre.

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Em novembro as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra homóloga de 49,6% (+5,9 p.p. comparando com o 3.º trimestre). As vendas de cimento diminuíram 27,1%, em termos homólogos, que representa uma recuperação de 4,5 p.p. comparando com os valores verificados no 3.º trimestre.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012			
				4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,8	-24,2	-15,1	-20,8	-14,2	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-10,7	-15,9	-13,0	-17,4	-14,2	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-8,8	-14,1	-13,6	-17,5	-17,2	-16,5	-17,2	-16,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-21,1	-17,1	-29,7	-31,5	-30,3	-36,4	-24,7	-27,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-20,9	-52,2	-57,4	-55,5	-58,2	-54,1	-45,1	-49,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-48,4	-44,8	-50,2	-10,0	-33,5	13,6	-4,4	31,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-56,6	-47,2	-45,3	-40,1	-39,0	-44,0	-44,9	-49,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,1	-30,6	-31,0	-35,1	-34,1	-25,3	-49,4	-34,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-5,7	-15,5	-6,3	-8,5	-8,8	-9,8	-3,7	7,1	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-13,5	-16,2	-20,4	-26,4	-30,4	-20,6	-28,7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

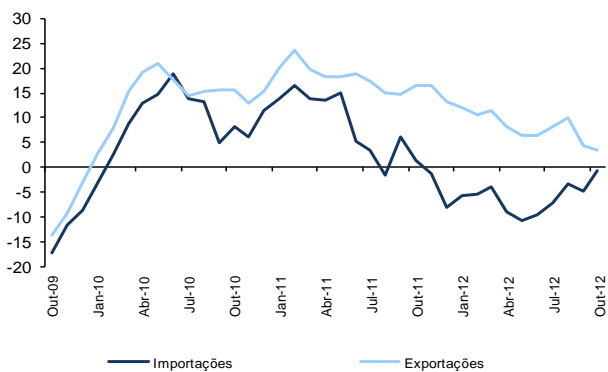
Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2012, as exportações registaram um crescimento real de 1,7% e as importações continuaram a apresentar uma quebra (-8,2% face a -10,8% no 2.º trimestre), resultando num contributo menos positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB (3,9 p.p. face a 5,6 p.p. no trimestre anterior).

Em outubro, relativamente ao comércio internacional de mercadorias, e em termos homólogos:

- as exportações de bens registaram um crescimento de 3,4%. A componente extracomunitária aumentou 19,2%, 0,2 p.p. acima dos valores registados no 3.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário desceram 1,3 p.p. face ao 3.º trimestre;
- as importações de bens registaram uma quebra de 0,6% (-4,9% no 3.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 4%, sendo que o mercado extracomunitário cresceu 8,6% (-7,7% e 2,1% no 3.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

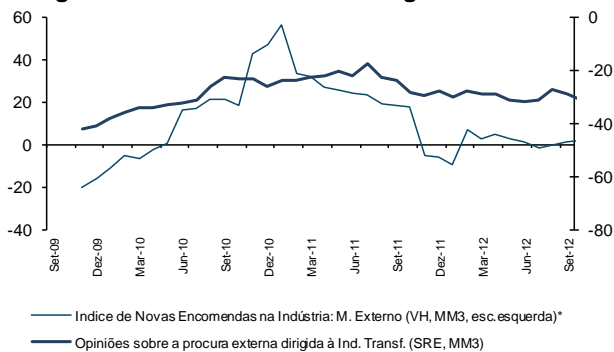


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo registaram um crescimento de 2% em termos homólogos (+0,7 p.p. face ao 3.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa deterioraram-se em novembro, face ao 3.º trimestre.

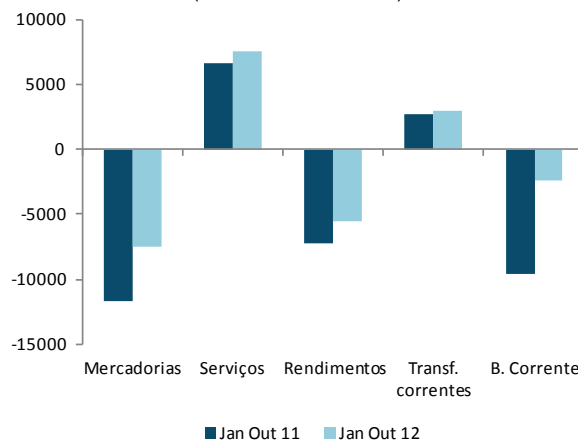
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até outubro de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2.431M€, o que representa uma redução de 7.142M€ em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com destaque para a diminuição de 4.194M€ no défice da balança de mercadorias, um aumento de 909 M€ no excedente da balança de serviços, e ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 1.720M€.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O saldo conjunto das balanças corrente e de capital foi de 1.183M€, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011			2012			2012			
					3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	10,2	7,2	6,1	6,2	8,2	3,7	1,7	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,0	-5,9	-4,4	-13,4	-5,4	-10,8	-8,2	:	:	:	:	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	4,4	4,0	1,5	1,7	-0,1	0,2	:	:	:	:	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,0	-5,6	-5,5	0,1	-3,6	0,0	0,1	:	:	:	:	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	16,6	14,8	13,3	11,5	6,5	4,2	7,3	13,8	-6,3	5,2	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	3,8	6,1	-8,0	-3,9	-9,6	-4,9	-6,4	2,0	-9,0	6,3	

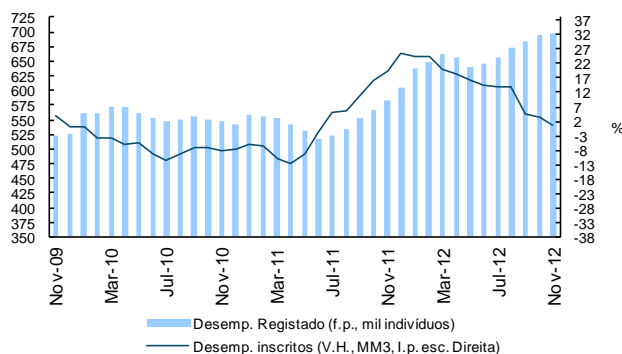
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Out	Jan Out 11	Out	Jan Out 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-19 086	-17 009	-146	-8 261	375	1 163	9 424
Saldo Balança de Bens	"	"	-22 985	-17 794	-810	-11 662	-909	-7 468	4 194
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 602	5 985	727	6 612	778	7 521	909
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 817	-8 728	-514	-7 239	-306	-5 519	1 720
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 464	2 135	252	2 716	169	3 035	318

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, no final de novembro de 2012, estavam registados 698 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 0,4% face ao mês de outubro e de 19,6% face ao mesmo período do ano anterior.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

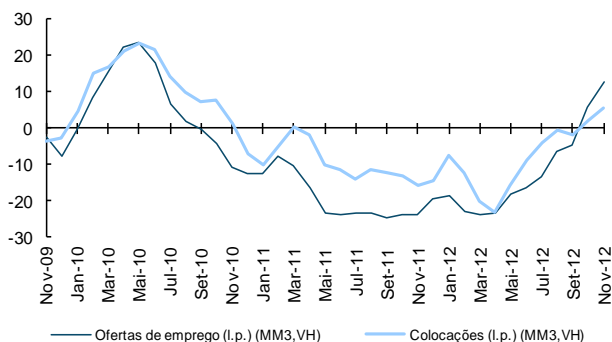
Em termos absolutos, existem em novembro mais 2 789 desempregados do que em outubro e mais 114 369 desempregados do que em novembro do ano anterior.

O número de desempregados inscritos em novembro apresentou uma subida homóloga de 1,7% (-7,3 p.p. face ao mês anterior).

Inscereveram-se em novembro mais 1 161 desempregados nos centros de emprego que em igual período no ano anterior, mas menos 5 871 que em outubro.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de novembro registou uma variação homóloga de 22,3% (-2,8 p.p. face a outubro). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de outubro foi de 8 209 (menos 1 025 ofertas que no mês de outubro).

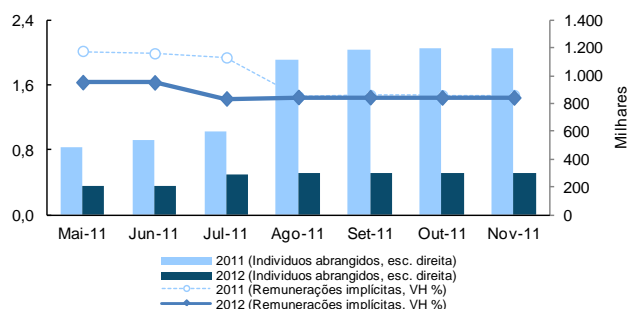
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Registaram-se 4 957 colocações ao longo de novembro, o que representa uma variação de 14% face ao mês homólogo de 2011. O rácio das colocações sobre as ofertas manteve-se estável nos 60%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em novembro ascendeu aos 303,3 mil trabalhadores (menos 899 mil trabalhadores do que em novembro de 2011). Ao comparar este valor com o mês anterior, isto significa aproximadamente mais 39 trabalhadores abrangidos. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em novembro manteve-se nos 1,4% (à semelhança do que tinha acontecido no mês anterior).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

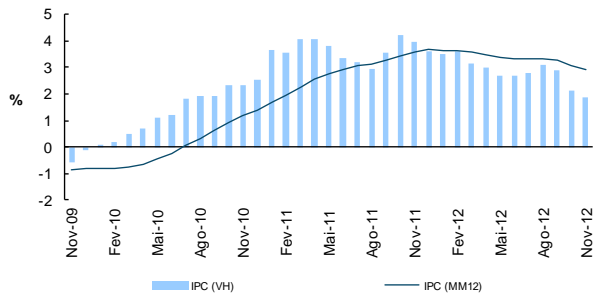
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012				
				T2	T3	T4	T1	T2	T3	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Taxa de desemprego	%	INE	12.7	12.1	12.4	14.0	14.9	15.0	15.8	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2.8	-2.0	-2.2	-4.3	-4.2	-4.2	-4.1	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11.7	-6.0	-0.3	11.7	19.8	24.5	23.4	25.0	26.3	23.4	22.5	19.6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5.3	-2.2	10.7	25.3	19.8	14.7	4.3	13.0	12.4	-7.1	9.0	1.7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20.1	0.0	0.0	0.0	-23.6	-16.4	-4.8	-10.2	-0.1	-3.5	25.1	22.3
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1.5	2.0	1.5	1.5	1.6	1.6	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4	1.4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-2.4	-2.7	-1.0	-4.0	-0.8	-4.0	1.1	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2.7	2.8	2.2	2.2	1.6	1.9	2.0	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 1,9% em novembro de 2012 (-0,2 p.p. face ao verificado no mês de outubro). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação de -0,3%. Por seu lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 2,9% (3,1% em outubro).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC (VH, em %)



Fonte: INE.

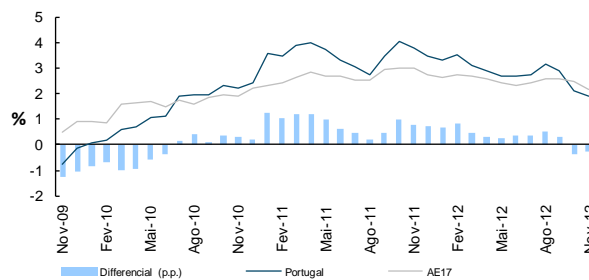
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de novembro, destaca-se a classe dos produtos alimentares e bebidas com uma contribuição de 0,59 p.p., a classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 0,58 p.p., e o turismo com 0,5 p.p..

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em novembro crescimentos homólogos de 1,2% e 3% respetivamente.

No que se refere à inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos), esta situou-se em 1,2% (+0,1 p.p. face ao valor do mês anterior). O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês em 0,7 p.p..

No mês de novembro de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 1,9%, -0,2 p.p. face ao mês anterior. Por seu lado, de acordo com o Eurostat a variação homóloga do IHPC da zona euro foi de 2,2%. Assim, o diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro situou-se nos -0,3 p.p. (igual ao mês anterior).

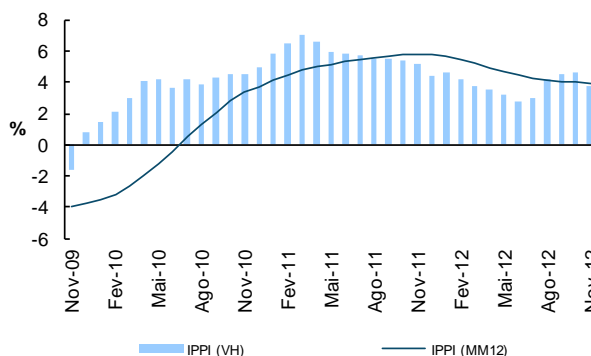
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC (VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em novembro uma variação homóloga de 3,8% (-0,8 p.p. face ao mês anterior). A variação mensal situou-se em -0,6% (-0,2% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

Para a evolução observada em novembro destacam-se fundamentalmente os contributos dos agrupamentos industriais das indústrias transformadoras e da energia, com crescimentos de 2,0% e 8,3% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 4,7%; e de 12,7% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

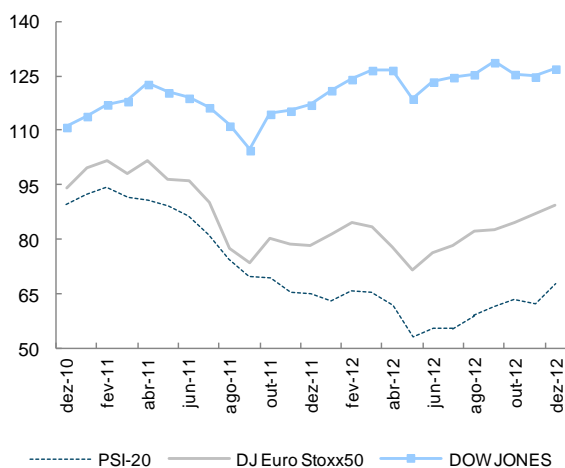
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012											
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,2	0,3	-0,4	-0,2	0,0	-0,1	0,6	0,3	-0,3			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,1	3,0	2,7	2,7	2,8	3,1	2,9	2,1	1,9			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,1	2,9			
IPC - Bens	VH	"	4,3	3,2	3,0	2,4	2,4	2,5	3,0	2,6	1,6	1,2			
IPC - Serviços	"	"	2,5	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2	3,4	3,0	3,0			
IPC Subjacente*	"	"	2,3	1,9	1,7	1,6	1,5	1,3	1,4	1,1	1,1	1,2			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	3,7	3,6	3,2	2,7	3,0	4,2	4,5	4,6	3,8			
IHPC	"	"	3,5	3,1	2,9	2,7	2,7	2,8	3,2	2,9	2,1	1,9			
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,3	-0,3	-0,3			

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em dezembro de 2012, assistiu-se globalmente a uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais. O desenvolvimento positivo do mercado de capitais da área do euro foi determinado, em parte, pela aprovação de iniciativas que visaram o reforço da União Bancária; enquanto nos EUA, este mercado encontrou-se ainda sob influência dos riscos de um abismo orçamental (*fiscal cliff*). Em dezembro de 2012 e, no dia 19, face ao final do ano de 2011, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 14,6% e 8,5%, respetivamente (-17% e +2,7% em termos homólogos, no final de 2011).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para dezembro o valor é do dia 19.

O índice PSI-20 apresentou uma forte subida associada, em parte, à diminuição da instabilidade dos mercados financeiros da área do euro. Em dezembro de 2012 e, no dia 19, o índice PSI-20 aumentou 4,3% face ao final do ano de 2011, invertendo as quebras registadas nos anos de 2010 e 2011 (-10% e -28% em termos homólogos, respetivamente).

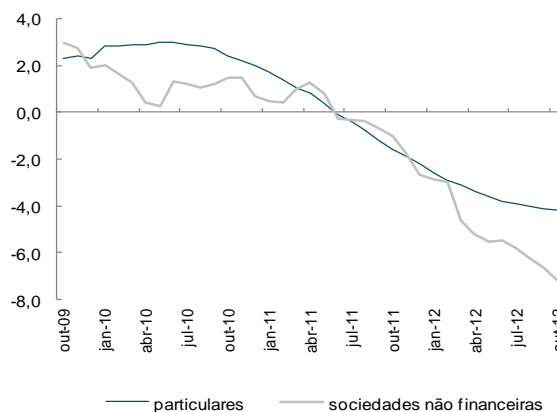
Em outubro de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -5,5% (-5,2% em setembro), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, embora a variação tenha sido bastante mais negativa para o primeiro caso.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012										
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov		
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	11,3	10,4	11,7	9,9	11,0	9,3	8,8	8,3	7,6		
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	955	874	1033	840	958	786	735	687	624		
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-0,5	-5,7	-13,8	4,1	-0,2	6,6	4,1	2,9	-1,9		
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-2,4	-2,7	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	-3,3	-3,4	:		
- para consumo	va**	"	-5,8	-7,4	-8,2	-8,6	-9,0	-9,1	-9,2	-9,5	-9,7	:		
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-4,6	-5,2	-5,5	-5,5	-5,8	-6,2	-6,6	-7,2	:		
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,73	2,53	2,39	2,27	2,16	2,06	1,97	1,87	1,74	:		
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	5,12	5,04	4,97	4,92	4,86	4,81	4,73	4,67	4,62	:		

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

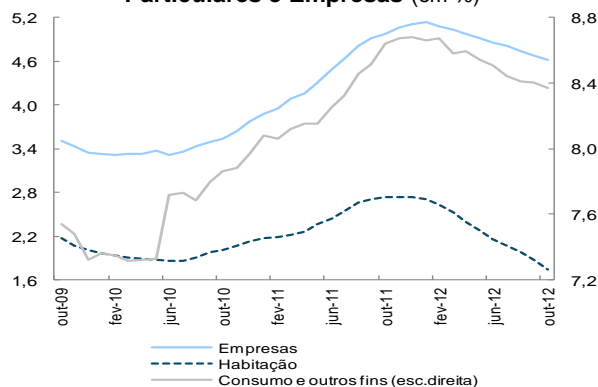


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, embora tenha sido mais acentuada para o crédito para outros fins, o qual apresentou uma variação negativa de 5,4% em outubro de 2012 (-3,3% em outubro de 2011).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 1,74% em outubro (-100 p.b. face a outubro de 2011).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)

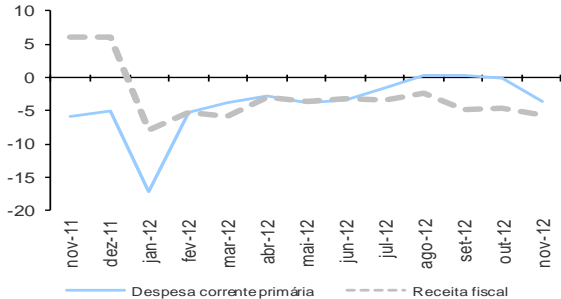


Fonte: Banco de Portugal.

Finanças Públicas – Estado

Até novembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 7.724,1M€, o que representa uma melhoria de 2.060M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 951,3M€, melhorando 2.848M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



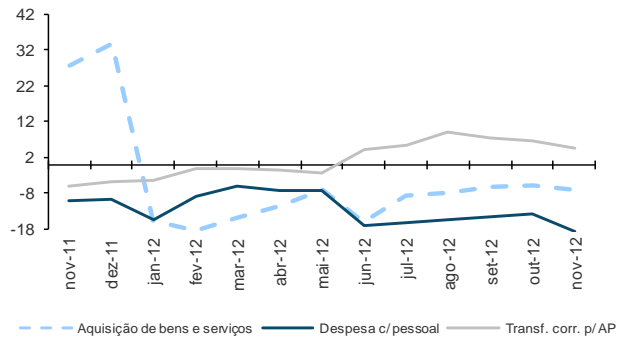
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 5,8%, em desaceleração face ao mês anterior, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-19%), do IVA (-2,6%), do imposto sobre veículos (-43,4%), do IRS (-2,6%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-7,7%), do imposto de selo (-9,0%) e do imposto sobre o tabaco (-8,1%). Em sentido contrário, os outros impostos diretos, justificado pelo RERT III e o imposto único de circulação registaram aumentos de 468,2% e 14,2%, respetivamente. A receita não fiscal registou um crescimento de 77,7%, refletindo a transferência referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, a receita proveniente do leilão de frequências 4G, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição das transferências correntes das administrações públicas, das reposições não abatidas nos pagamentos e dos recursos próprios não comunitários; e
- uma diminuição da despesa total, bem como, da despesa primária, 2,3% e 3,7%, respetivamente. O decréscimo da despesa foi condicionado pela transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores, no valor de 1.500M€, pelo comportamento dos juros e outros encargos da dívida

(13,2%), a transferência para a Segurança Social para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários e, ainda, os subsídios (8,9%). Com impacto na diminuição da despesa, salienta-se a redução da despesa com pessoal, justificada, essencialmente, pela suspensão de pagamento do subsídio de Natal, e das transferências de capital devido ao efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de novembro, a dívida direta do Estado situava-se em 197,2 mil M€, aumentando 3.702M€ face ao mês anterior. Esta evolução deve-se, essencialmente, ao empréstimo do FMI no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira com valor nominal de 1.271M€ e ao aumento do saldo de BT e CEDIC, em 1.712M€ e 469M€, respetivamente. O saldo de CA teve um contributo negativo, diminuindo 21M€, tal como o de CT, apresentando uma redução de 3M€. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 96M€.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	31-out-12		nov-12			30-nov-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	115 014	4 919	247	0	116 801	
Bilhetes do Tesouro	18 121	1 080	0	0	19 833	
Obrigações do Tesouro	93 626	0	264	0	93 626	
Não Transacionável	17 390	2 479	0	0	17 882	
Cert. de Alforro e do Tesouro	11 110	89	0	0	11 086	
CEDIC e CEDIM	5 710	2 383	0	0	6 178	
Prog. de Ajustamento Económico	61 104	0	-91	0	62 527	
Total	193 507	7 399	156	0	197 209	

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a nov		jan a nov		ago	set	out	nov
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	34259	35306	85,9	82,8	10,6	6,4	5,6	3,1
Receita corrente	33939	32058	88,0	82,9	-1,8	-4,2	-4,1	-5,5
Impostos diretos	12648	11837	86,6	81,9	2,1	-4,3	-3,7	-6,4
Impostos indiretos	17991	17038	91,0	82,4	-5,3	-5,4	-5,2	-5,3
Despesa Total	44043	43030	78,5	86,5	1,1	1,4	0,6	-2,3
Despesa corrente primária	35428	34114	77,2	85,9	0,3	0,4	-0,2	-3,7
Despesa corrente	41412	40887	79,0	86,9	2,6	2,9	1,9	-1,3
Despesa com pessoal	9395	7635	77,2	87,5	-15,6	-14,5	-13,9	-18,7
Aquisição bens e serviços	1391	1293	58,8	68,4	-7,8	-6,1	-5,8	-7,0
Subsídios	171	186	25,7	61,2	-10,5	2,4	1,3	8,9
Juros	5984	6773	90,2	92,4	18,3	20,0	13,4	13,2
Transferências corr. p/ AP	21450	22407	81,2	87,5	9,1	7,7	6,6	4,5
Saldo Global	-9784	-7724	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3800	-951	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até novembro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 1.112M€, o que representa um aumento de 70M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 2,7%, refletindo principalmente: i) a redução das transferências de capital, justificada pelo efeito base, em 2011, da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA; ii) a diminuição da receita das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias; e à transferência da responsabilidade dos encargos com pensões dos hospitais para a Secretaria-geral do Ministério da Saúde. Em sentido contrário, denota-se um acréscimo das transferências correntes (26,9%) e de capital (33%) provenientes da União Europeia no âmbito do FEADER e do programa para minimização dos efeitos da seca; e
- um decréscimo da despesa em 3,1%, explicada pela redução da despesa com pessoal e encargos com pensões devido à suspensão do pagamento dos subsídios de Natal, das outras transferências correntes, cuja diminuição é explicada pela suspensão de pagamento dos subsídios de Natal, assim como pela reclassificação em 2012 dos centros protocolares. E também por diminuições nas transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas e outras transferências de capital. Em sentido oposto, é de referir o aumento em aquisição de bens e serviços, em 13,6%, pelo SNS, resultante do plano de regularização extraordinária de dívidas aos fornecedores referentes aos anos anteriores. Excluindo o acontecimento anterior a despesa em aquisição de bens e serviços diminuiria 5,8%, resultado das medidas de contenção de despesa adotadas na área da saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos(excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)				Empresas Públicas Reclassificadas			
	2011	2012	2011	2012	2012			
	jan a nov		jan a nov		out	nov		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)			
					jan a nov			
					10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)		
Receita Total	21980	21392	83,6	84,2	-0,3	-2,7	2 673	76,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	332	325	85,8	90,9	-10,5	-2,1	-	-
Transferências correntes das A dm. Públicas	14 766	15 130	88,5	97,0	5,2	2,5	381	108,7
Despesa Total	20 938	20 280	80,2	83,0	1,1	-3,1	3 377	71,6
Despesa com pessoal	2 584	2 131	82,5	82,0	-13,2	-17,5	609	88,8
Aquisição de bens e serviços	7 227	8 213	80,4	83,6	14,7	13,6	593	74,7
Transferências correntes	9 694	8 690	86,9	88,9	-4,1	-10,4	26	121,5
Saldo Global	1042	112	-	-	-	-	- 703	-

Fonte: DGO.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até novembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 703,3M€, agravando-se 45M€ face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pela aceleração da despesa de investimento da Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE, em resultado do pagamento de juros e outros encargos financeiros e despesas de investimento realizado pela Estradas de Portugal, S.A. e reabilitação de edifícios pela Parque Escolar E.P.E.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até novembro, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 1.238,1M€, que compara com o défice de 286,6M€ registado no período homólogo. O valor do saldo é influenciado pelo recebimento da totalidade do montante previsto na primeira alteração ao OE 2012 para a regularização de dívidas dos anos anteriores. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 12,8%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 6,7%, devido à redução das outras transferências do OE; e
- um decréscimo da despesa em 6,8%, devido sobretudo à diminuição da despesa com subcontratos, em 5,1%, com a redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, resultado das medidas implementadas no sector e destaca-se, ainda, a redução de despesa com medicamentos e meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, e das despesas com pessoal, em 16,4%, consequência da suspensão do pagamento do subsídio de Natal e da redução de suplementos remuneratórios.

Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan a nov		jan a nov	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	7 694	8 678	-6,3	12,8
Transferências do Orçamento do Estado	7426	8318	-6,8	12,0
Prestação de serviços	92	141	17,2	54,5
Outras receitas	177	219	8,0	23,7
Despesa Total	7 981	7 440	-7,5	-6,8
Despesa com pessoal	899	751	-8,3	-16,4
Subcontratos	6 620	6 284	-5,8	-5,1
Outras despesas	462	405	-15,3	-12,4
Saldo Global	- 287	1 238	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

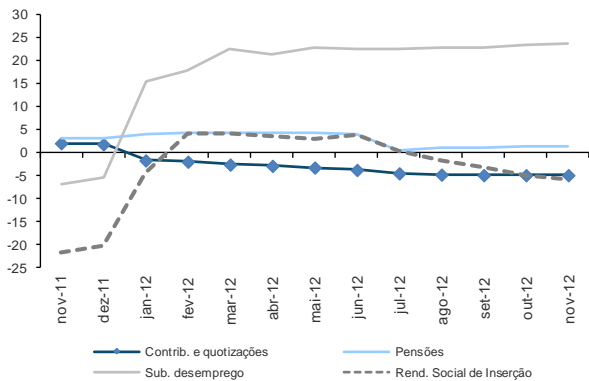
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até novembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 115,2M€, o que representa uma diminuição de 847,9M€ face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

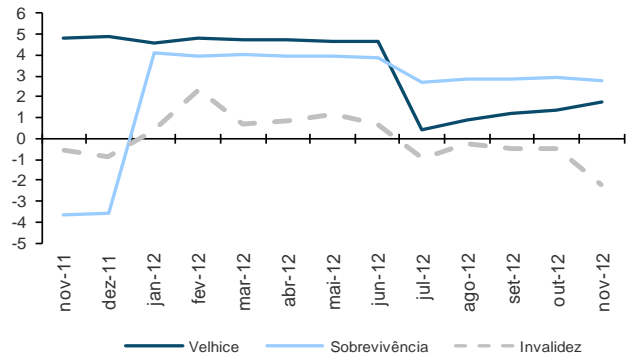
- uma diminuição da receita em 0,4%, em resultado a queda das contribuições e quotizações (-4,8%) e das transferências do Orçamento de Estado no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social. Com impacto contrário, salienta-se a transferência da administração central, para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, e do IVA social e do Plano de Emergência Social; e
- um aumento da despesa em 3,8%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (23,6%) e das pensões de velhice e sobrevivência (1,5%). Em sentido inverso, destaca-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-13,9%), com destaque para as financiadas pelo Fundo Social Europeu, das outras despesas correntes (-8,9%), das despesas de administração (-14,8%), do subsídio de doença (-7,5%) e do rendimento social de inserção (-5,8%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 26,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 2,1% nas pensões de velhice, em contrapartida os beneficiários de subsídio de doença e da pensão de invalidez diminuíram 9% e 1,8%, respetivamente.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



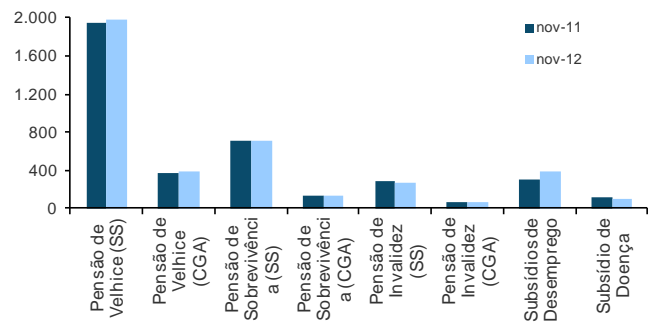
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em novembro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 133,4M€, menos 40,8M€ que no período homólogo. A receita total diminuiu 11,3%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE. A despesa total diminuiu 11,1%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-9,5%), em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de Natal aos pensionistas, e, em menor grau, pelo registo, em 2011, nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,8% nas pensões de velhice e de 1,6% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2011			2012			2011			2012		
	jan a nov		VHA	jan a nov		Execução face ao OE (%)	jan a nov		VHA	jan a nov		Execução face ao OE (%)
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros	10 ⁶ euros				
Receita Total	21316	21237	-0,4	88,6	86,9	8446	7491	-11,3	89,8	86,9		
Contribuições e quotizações	12307	11716	-4,8	87,3	89,9	3463	3025	-12,6	83,6	87,3		
Transferências correntes da Adm. Central	6304	6626	5,1	90,8	82,3	4247	4208	-0,9	95,4	94,8		
Despesa Total	20353	21122	3,8	86,0	86,6	8272	7357	-11,1	93,2	89,3		
Pensões	12396	12581	1,5	85,3	87,2	8090	7329	-9,4	93,5	89,5		
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	407	-	-	78,8	-	-	-	-	-		
Subsidio de desemp. e apoio ao emprego	1909	2360	23,6	89,9	92,0	-	-	-	-	-		
Prestações e ação social	3838	3746	-2,4	88,2	87,0	-	-	-	-	-		
Saldo Global	963	115	-	-	-	174	133	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARI.

Administração Local*

Até novembro, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 268 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 589,60€, o que corresponde a uma diminuição de 61,3M€ relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face ao mês anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 8,5%, tendo traduzido um abrandamento face ao mês anterior. A receita corrente e de capital contribuíram para este aumento, evoluindo no mesmo sentido. A receita corrente, que apresenta maior variação absoluta, reflete os aumentos de 90,6M€ da receita fiscal e 118,1M€ das transferências do Orçamento do Estado, espelhando o padrão duodecimal; e
- uma variação positiva da despesa total em 10,9%, que traduz, fundamentalmente, a variação das despesas com aquisição de bens e serviços e de capital.

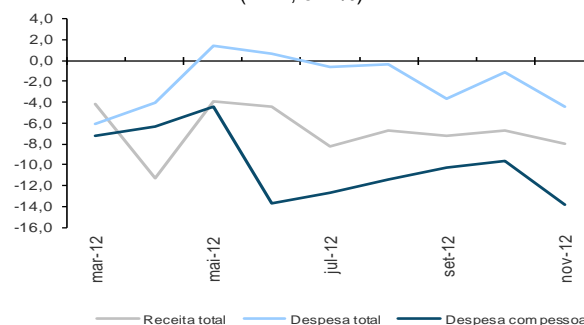
Administração Regional

Até novembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 73,9M€, o que corresponde a um agravamento de 67,4M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado pelo aumento do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 114,5M€, uma vez que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 47,1M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 8%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (-14,3% na RAA e -4,9% na RAM). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas, com impacto na RAM, e do resto do mundo, com efeito na RAA; e
- um decréscimo da despesa total em 4,4%, traduzindo os contributos contrários das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 3,1%, enquanto na RAA diminuiu 12,3%. Na RAM, o aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços e com juros foi parcialmente compensado pela diminuição das despesas de capital e com pessoal. Na RAA, o acréscimo dos juros, devido à inclusão das empresas públicas reclassificadas, foi compensado pela diminuição observada nas restantes rúbricas.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2011	2012		2012		
	jan a nov			jan a out	jan a nov	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros	VC (%)	
Receita total	1 887	1 736	-8,0	5 404	5 863	8,5
Impostos	1 026	934	-9,0	1 849	1 940	4,9
Transferências correntes	444	313	-29,6	1 514	1 665	10,0
Despesa total	1 894	1 810	-4,4	4 753	5 274	10,9
Pessoal	701	604	-13,9	1 524	1 707	12,0
Aquisição de bens e serviços	268	343	28,2	1 304	1 429	9,6
Transferências correntes	489	484	-1,0	310	346	11,5
Investimento	154	93	-39,9	1 099	1 212	10,3
Saldo global	- 7	- 74	-	651	590	-

Fonte: DGO.

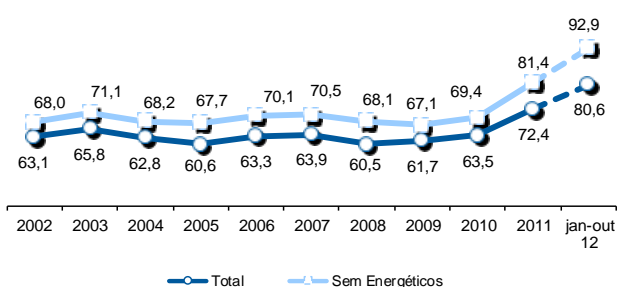
Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 7,1% enquanto as importações decresceram 5% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 35,3%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 5,1% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 8,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	35.669	38.217	7,1	3,4	7,6
Importações (cif)	49.918	47.436	-5,0	-0,6	-6,2
Saldo (fob-cif)	-14.249	-9.219	-35,3	-11,8	-38,0
Cobertura (fob/cif)	71,5	80,6	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	33.178	34.876	5,1	2,4	5,3
Importações (cif)	41.188	37.523	-8,9	-4,5	-10,4
Saldo (fob-cif)	39.248	35.755	-8,9	-4,5	-10,4
Saldo (fob-cif)	-8.010	-2.647	-67,0	-40,9	-66,4
Cobertura (fob/cif)	80,6	92,9	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	8.896	11.008	23,7	19,2	24,3
Importações (cif)	13.228	13.505	2,1	8,6	3,4
Saldo (fob-cif)	-4.332	-2.497	-42,4	-20,6	-41,8
Cobertura (fob/cif)	67,3	81,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Fator de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº12/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2012, as exportações representaram 80,6% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 9,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 92,9% das importações (+12,3 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de outubro

janeiro a outubro	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	35 669	38 217	7,1
Importações (cif)	49 918	47 436	-5,0
Saldo (fob-cif)	- 14 249	- 9 219	-35,3
Cobertura (fob/cif)	71,5	80,6	-
Intra UE			
Exportações (fob)	26 773	27 209	1,6
Importações (cif)	36 690	33 931	-7,5
Saldo (fob-cif)	- 9 916	- 6 722	-32,2
Cobertura (fob/cif)	73,0	80,2	-
Extra UE			
Exportações (fob)	8 896	11 008	23,7
Importações (cif)	13 228	13 505	2,1
Saldo (fob-cif)	- 4 332	- 2 497	-42,4
Cobertura (fob/cif)	67,3	81,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 32,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 1,6% e as importações a decrescer 7,5%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 42,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 610	4 726	2,5	3 199	3 623	13,3
fev	4 857	4 676	-3,7	3 368	3 797	12,7
mar	5 628	5 106	-9,3	3 807	4 149	9,0
abr	5 122	4 415	-13,8	3 472	3 558	2,5
mai	5 570	5 031	-9,7	3 767	4 043	7,3
jun	4 781	4 536	-5,1	3 640	3 987	9,5
jul	5 033	4 709	-6,4	3 833	4 115	7,3
ago	4 318	4 403	2,0	2 949	3 355	13,8
set	5 186	4 717	-9,0	3 815	3 574	-6,3
out	4 814	5 117	6,3	3 821	4 018	5,2
nov	4 848			3 905		
dez	4 477			3 296		
1º Trim	15 095	14 507	-3,9	10 373	11 568	11,5
2º Trim	15 472	13 983	-9,6	10 878	11 588	6,5
3º Trim	14 537	13 829	-4,9	10 597	11 043	4,2
4º Trim	14 139			11 022		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 7,1%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 5,1%.

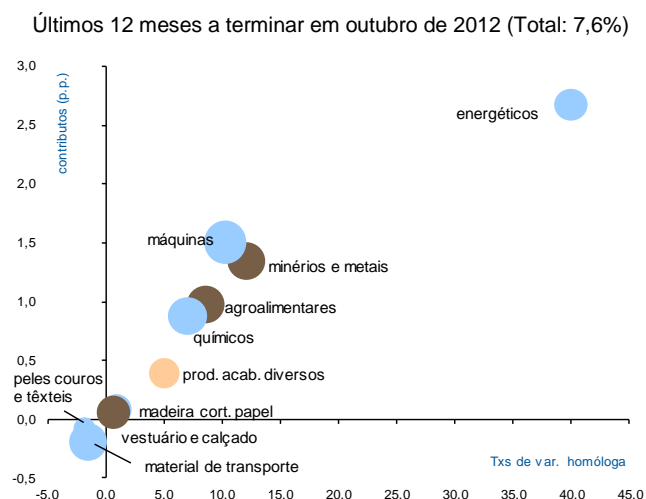
Entre janeiro e outubro de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,5 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,4 p.p.). As “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias (15,0%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em outubro de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+7,6%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,7 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas” e dos “Minérios e Metais” (+1,5 p.p. e +1,3 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Agroalimentares” e “Químicos” para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,0 p.p. e 0,9 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		últimos 12 meses ^[1]		jan-out	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	35 669	38 217	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6	7,6	7,1	7,1
000 Agro-Alimentares	3 976	4 273	8,8	11,4	11,1	11,2	8,6	1,0	7,5	0,8
100 Energéticos	2 491	3 341	5,3	7,2	7,0	8,7	40,0	2,7	34,1	2,4
200 Químicos	4 528	4 824	10,3	12,5	12,7	12,6	7,0	0,9	6,5	0,8
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 028	3 074	8,7	8,4	8,5	8,0	0,9	0,1	1,5	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	1 569	1 539	4,9	4,4	4,4	4,0	-1,9	-0,1	-1,9	-0,1
500 Vestuário e Calçado	3 451	3 490	11,1	9,5	9,7	9,1	0,7	0,1	1,1	0,1
600 Minérios e Metais	3 988	4 482	10,5	11,2	11,2	11,7	12,0	1,3	12,4	1,4
700 Máquinas	5 192	5 739	19,7	14,6	14,6	15,0	10,3	1,5	10,5	1,5
800 Material de Transporte	4 663	4 531	13,3	13,0	13,1	11,9	-1,5	-0,2	-2,8	-0,4
900 Produtos Acabados Diversos	2 785	2 925	7,4	7,8	7,8	7,7	5,0	0,4	5,0	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	33 178	34 876	94,7	92,8	93,0	91,3	5,3	5,0	5,1	4,8
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2012.

[2] $(\text{nov } 11 - \text{out } 12) / (\text{nov } 10 - \text{out } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

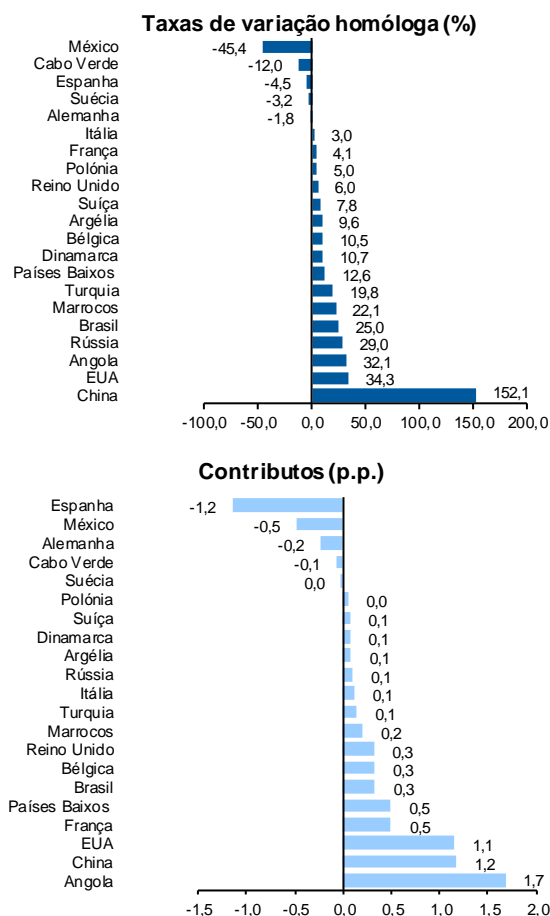
Nos primeiros dez meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,6%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 1,2% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 11,8%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 23,7% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+5,9 p.p.).

As exportações de mercadorias para os Países Baixos (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para França e o Reino Unido (+0,4 p.p. e +0,3 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em outubro de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 2,1%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 1,7%. As exportações para França e Países Baixos foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (ambas com 0,5 p.p.). Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+152,1%), os EUA (+34,3%) e Angola (+32,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-45,4%) e Cabo Verde (-12,0%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos					
	jan-out		anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Valores em milhões de Euros									
TOTAL	35 669	38 217	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6	7,6	7,1	7,1
Intra UE-27	26 773	27 210	78,1	74,4	75,1	71,2	2,1	1,6	1,6	1,2
dos quais:										
UE-15	25 677	25 984	76,0	71,3	72,0	68,0	1,7	1,2	1,2	0,9
Espanha	9 004	8 574	28,4	24,9	25,2	22,4	-4,5	-1,2	-4,8	-1,2
Alemanha	4 901	4 761	13,0	13,6	13,7	12,5	-1,8	-0,2	-2,8	-0,4
França	4 384	4 528	12,5	12,2	12,3	11,8	4,1	0,5	3,3	0,4
R. Unido	1 870	1 980	6,9	5,2	5,2	5,2	6,0	0,3	5,9	0,3
P. Baixos	1 426	1 602	3,7	3,9	4,0	4,2	12,6	0,5	12,4	0,5
Itália	1 327	1 382	4,1	3,7	3,7	3,6	3,0	0,1	4,1	0,2
Bélgica	1 105	1 193	3,1	3,1	3,1	3,1	10,5	0,3	8,0	0,2
Suécia	373	365	1,1	1,0	1,0	1,0	-3,2	0,0	-2,1	0,0
Dinamarca	224	252	0,7	0,6	0,6	0,7	10,7	0,1	12,7	0,1
Alargamento	1 096	1 226	2,1	3,1	3,1	3,2	11,9	0,4	11,8	0,4
Polónia	332	337	0,7	0,9	0,9	0,9	5,0	0,0	1,5	0,0
Extra UE-27	8 896	11 008	21,9	25,6	24,9	28,8	24,3	6,1	23,7	5,9
dos quais:										
Angola	1 836	2 448	3,4	5,4	5,1	6,4	32,1	1,7	33,3	1,7
EUA	1 192	1 587	5,9	3,5	3,3	4,2	34,3	1,1	33,2	1,1
Brasil	469	578	0,7	1,4	1,3	1,5	25,0	0,3	23,4	0,3
México	389	176	0,4	1,1	1,1	0,5	-45,4	-0,5	-54,7	-0,6
China	279	696	0,6	0,9	0,8	1,8	152,1	1,2	150,0	1,2
Marrocos	323	395	0,5	0,9	0,9	1,0	22,1	0,2	22,4	0,2
Suíça	312	337	0,8	0,9	0,9	0,9	7,8	0,1	8,1	0,1
Argélia	309	345	0,2	0,8	0,9	0,9	9,6	0,1	11,4	0,1
Turquia	253	304	0,7	0,7	0,7	0,8	19,8	0,1	20,4	0,1
Cabo Verde	212	183	0,5	0,6	0,6	0,5	-12,0	-0,1	-13,6	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	193	230	0,1	0,6	0,5	0,6	36,3	0,2	19,3	0,1
PALOP	2 310	2 968	4,3	6,8	6,5	7,8	28,0	1,9	28,5	1,8
EFTA	393	434	1,1	1,1	1,1	1,1	10,5	0,1	10,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2012.

[2] (nov 11-out 12)/(nov 10-out 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a outubro de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-2,8 p.p.) e “Máquinas” (-1,3 p.p.) para a redução das importações nos primeiros dez meses.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,4 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,5%).

Nos primeiros dez meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -7,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,9%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 2,4%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15, com exceção da Irlanda, registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 2,1%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,4% do total). Seguem-se o Brasil e a China (ambos com 2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-out		Annual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	49 918	47 436	100,0	100,0	100,0	100,0	-6,2	-6,2	-5,0	-5,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	7 460	7 307	11,9	14,0	14,9	15,4	-12	-0,2	-2,1	-0,3
100-Energéticos	8 730	9 913	14,1	14,3	17,5	20,9	15,3	2,5	13,6	2,4
200-Químicos	7 978	7 936	13,3	15,2	16,0	16,7	-1,1	-0,2	-0,5	-0,1
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 330	2 010	4,7	4,7	4,7	4,2	-13,0	-0,6	-13,7	-0,6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 398	3 057	6,8	6,9	6,8	6,4	-10,3	-0,7	-10,0	-0,7
500-Minérios e Metais	4 463	3 906	9,2	8,7	8,9	8,2	-13,7	-1,2	-12,5	-1,1
600-Máquinas [4]	7 527	6 897	20,5	16,8	15,1	14,5	-10,0	-1,5	-8,4	-1,3
700-Material de Transporte [5]	5 429	4 030	13,5	13,7	10,9	8,5	-31,8	-3,8	-25,8	-2,8
800-Prod. Acabados Diversos	2 602	2 378	6,0	5,7	5,2	5,0	-9,2	-0,5	-8,6	-0,4
Total sem energéticos	41 188	37 523	85,9	85,7	82,5	79,1	-10,4	-8,7	-8,9	-7,3
Mercados de origem										
Intra UE-27	36 690	33 931	77,0	73,6	73,5	71,5	-9,4	-7,0	-7,5	-5,5
dos quais:										
UE-15	35 428	32 639	75,3	71,1	71,0	68,8	-9,7	-7,0	-7,9	-5,6
Espanha	15 985	14 997	30,9	32,3	32,0	31,6	-7,1	-2,3	-6,2	-2,0
Alemanha	6 195	5 480	14,3	12,4	12,4	11,6	-17,1	-2,3	-11,6	-1,4
França	3 370	3 088	8,5	6,8	6,8	6,5	-9,0	-0,6	-8,4	-0,6
Itália	2 723	2 480	5,9	5,5	5,5	5,2	-9,8	-0,5	-8,9	-0,5
Países Baixos	2 412	2 315	4,8	4,8	4,8	4,9	-6,4	-0,3	-4,0	-0,2
Reino Unido	1 690	1 409	4,1	3,3	3,4	3,0	-19,5	-0,7	-16,7	-0,6
Bélgica	1 264	1 188	2,8	2,5	2,5	2,5	-6,5	-0,2	-6,0	-0,2
Suécia	526	484	0,9	1,1	1,1	1,0	-6,9	-0,1	-8,0	-0,1
Irlanda	457	467	0,9	1,0	0,9	1,0	5,8	0,1	2,1	0,0
Alargamento	1 261	1 292	1,7	2,5	2,5	2,7	-0,1	0,0	2,4	0,1
Extra UE-27	13 228	13 505	23,0	26,4	26,5	28,5	3,4	0,9	2,1	0,6
dos quais:										
Nigéria	1 422	848	1,4	2,6	2,8	1,8	-41,5	-1,1	-40,4	-1,2
China	1 290	1 167	1,4	2,5	2,6	2,5	-10,3	-0,3	-9,5	-0,2
Brasil	1 289	1 203	2,2	2,5	2,6	2,5	-8,4	-0,2	-6,7	-0,2
Angola	876	1 604	0,1	2,0	1,8	3,4	103,8	1,6	83,0	1,5
EUA	993	809	1,4	1,9	2,0	1,7	-17,1	-0,3	-18,5	-0,4
Arábia Saudita	732	826	1,0	1,5	1,5	1,7	30,1	0,4	12,8	0,2
Cazaquistão	681	611	0,6	1,4	1,4	1,3	5,2	0,1	-10,2	-0,1
Argélia	768	553	1,6	1,3	1,5	1,2	-34,6	-0,5	-28,1	-0,4
Rússia	470	431	1,2	1,0	0,9	0,9	1,2	0,0	-8,2	-0,1
Índia	415	279	0,4	0,8	0,8	0,6	-31,6	-0,3	-32,9	-0,3
Noruega	368	134	1,2	0,7	0,7	0,3	-56,8	-0,4	-63,6	-0,5
Suíça	305	277	0,6	0,6	0,6	0,6	-8,7	-0,1	-9,0	-0,1
Japão	286	258	1,0	0,6	0,6	0,5	-8,6	0,0	-9,9	-0,1
OPEP ^[6]	3 981	4 466	6,3	7,8	8,0	9,4	13,2	1,0	12,2	1,0
EFTA	691	430	1,9	1,4	1,4	0,9	-33,5	-0,4	-37,8	-0,5
PALOP	911	1 626	0,2	2,1	1,8	3,4	98,0	1,6	78,6	1,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2012.

[2] $(\text{nov } 11 - \text{out } 12) / (\text{nov } 10 - \text{out } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

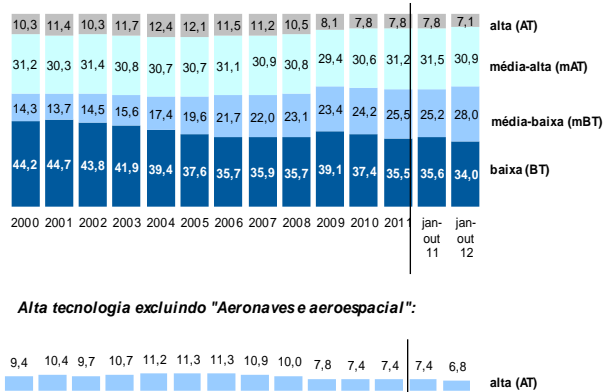
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros dez meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 7,7%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,9%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (19,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



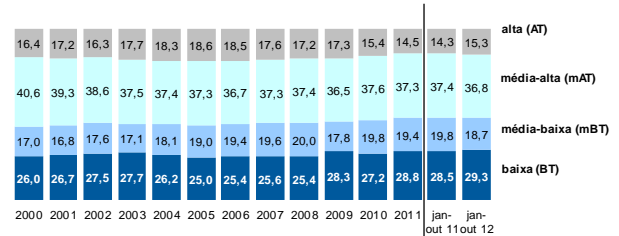
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+4,9 p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 1,8 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 10,0%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,3 p.p. e -3,0 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a outubro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-out 2012/11	2010	2011	jan-out		2011	jan-out 2012		
									2011	2012				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	39 888 142	33 583 043	36 153 648	3,4	15,6	7,7	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	7,7		
Alta tecnologia	3 103 147	2 603 099	2 564 013	-4,4	15,5	-1,5	7,8	7,8	7,8	7,1	1,2	-0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	2 467 701	2 445 886	-5,2	15,2	-0,9	7,4	7,4	7,4	6,8	1,1	-0,1		
Média-alta tecnologia	12 460 564	10 562 046	11 713 948	3,5	18,1	5,8	30,6	31,2	31,5	30,9	5,5	1,8		
Média-baixa tecnologia	10 176 413	8 451 855	10 113 239	6,8	21,9	19,7	24,2	25,5	25,2	28,0	5,3	4,9		
Baixa tecnologia	14 148 018	11 966 043	12 302 448	3,2	9,5	2,8	37,4	35,5	35,6	34,0	3,6	1,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	42 325 641	35 669 264	38 216 902	3,5	15,1	7,1	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	7,1		
Residual ^[3]	2 437 499	2 086 222	2 063 253	5,6	7,6	-1,1	6,2	5,8	5,8	5,4	0,5	-0,1		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	45 990 799	40 033 351	36 046 830	-0,4	-2,4	-10,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-10,0		
Alta tecnologia	6 669 401	5 724 060	5 499 512	-5,1	-7,8	-3,9	15,4	14,5	14,3	15,3	-1,2	-0,6		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	5 480 829	5 185 928	-4,4	-6,5	-5,4	14,7	14,1	13,8	14,5	-1,0	-0,7		
Média-alta tecnologia	17 144 597	14 972 734	13 249 669	-0,1	-3,2	-11,5	37,6	37,3	37,4	36,8	-1,2	-4,3		
Média-baixa tecnologia	8 937 978	7 934 073	6 751 612	-0,4	-4,3	-14,9	19,8	19,4	19,8	18,7	-0,8	-3,0		
Baixa tecnologia	13 238 822	11 402 485	10 546 037	2,1	3,3	-7,5	27,2	28,8	28,5	29,3	0,9	-2,1		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	57 729 732	49 917 774	47 436 058	0,5	12	-5,0	100,0	100,0	100,0	100,0	12	-5,0		
Residual ^[3]	11 738 933	9 884 423	11 389 227	4,7	17,9	15,2	17,4	20,3	19,8	24,0	3,1	3,0		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

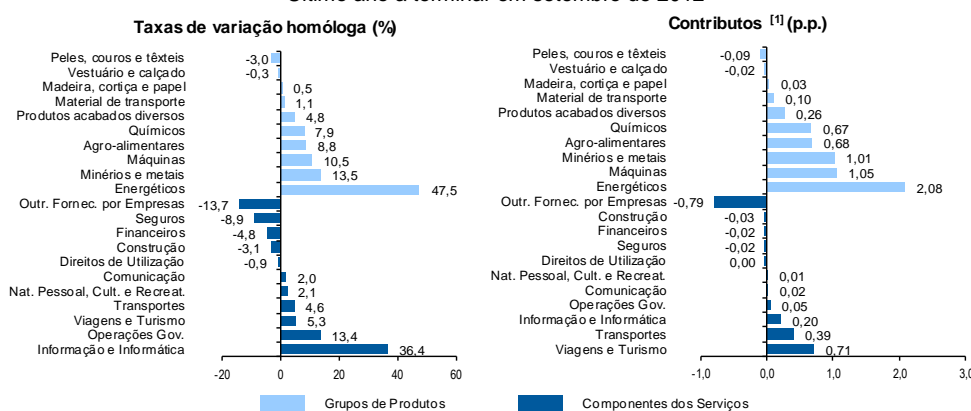
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2012, nos primeiros nove meses de 2012, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,1%. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (5,0 p.p.).

Nos primeiros nove meses de 2012, a componente dos Serviços representou 30,0% do total das "Exportações" e contribuiu com 0,1 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,2% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,7%) foi de -1,6 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2012, com base em dados do INE para as "Exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "Exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Energéticos" (+2,1 p.p.) e dos "Máquinas" (+1,0 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,7 p.p.) e Transportes (+0,4 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em setembro de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (6,3%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a setembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2011	2012	Anual		janeiro a setembro		média anual	12 meses [1]		janeiro a setembro	
2011	2012	2005	2011	2011	2012	05-10	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	46 083	48 417	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	6,3	6,3	5,1	5,1
Bens	31 582	33 873	71,0	68,9	68,5	70,0	3,5	8,4	5,8	7,3	5,0
Serviços	14 502	14 544	29,0	31,1	31,5	30,0	5,5	1,6	0,5	0,3	0,1
Transportes	3 909	4 091	7,1	8,4	8,5	8,5	7,5	4,6	0,4	4,7	0,4
Viagens e Turismo	6 317	6 670	13,2	13,2	13,7	13,8	4,1	5,3	0,7	5,6	0,8
Comunicação	365	382	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	2,0	0,0	4,8	0,0
Construção	421	394	0,8	0,9	0,9	0,8	5,9	-3,1	0,0	-6,3	-0,1
Seguros	83	75	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-8,9	0,0	-9,0	0,0
Financeiros	178	163	0,4	0,4	0,4	0,3	3,8	-4,8	0,0	-8,2	0,0
Informação e Informática	265	346	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	36,4	0,2	30,8	0,2
Direitos de Utilização	33	29	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	-0,9	0,0	-12,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 606	2 023	5,2	5,8	5,7	4,2	6,5	-13,7	-0,8	-22,4	-1,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	178	194	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	2,1	0,0	9,0	0,0
Operações Governamentais	149	176	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	13,4	0,0	18,7	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	51 050	48 139	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-6,2	-6,2	-5,7	-5,7
Bens	42 433	40 355	84,9	83,0	83,1	83,8	0,6	-6,1	-5,1	-4,9	-4,1
Serviços	8 617	7 783	15,1	17,0	16,9	16,2	3,4	-6,7	-1,1	-9,7	-1,6
Transportes	2 520	2 433	4,7	5,0	4,9	5,1	2,2	-2,6	-0,1	-3,5	-0,2
Viagens e Turismo	2 269	2 224	4,2	4,4	4,4	4,6	2,3	-1,3	-0,1	-2,0	-0,1
Comunicação	323	317	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-3,5	0,0	-2,0	0,0
Construção	92	72	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	-18,9	0,0	-21,2	0,0
Seguros	174	183	0,3	0,3	0,3	0,4	3,5	2,9	0,0	5,1	0,0
Financeiros	420	320	0,3	0,8	0,8	0,7	20,3	-13,5	-0,1	-23,8	-0,2
Informação e Informática	328	286	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	-7,9	0,0	-13,1	-0,1
Direitos de Utilização	296	261	0,5	0,6	0,6	0,5	4,5	-8,3	0,0	-11,8	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 769	1 256	3,0	3,6	3,5	2,6	4,9	-20,1	-0,7	-29,0	-1,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	360	365	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	1,3	0,0	1,2	0,0
Operações Governamentais	65	66	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-1,6	0,0	1,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Subsídio de Desemprego e Transição para o Emprego⁶

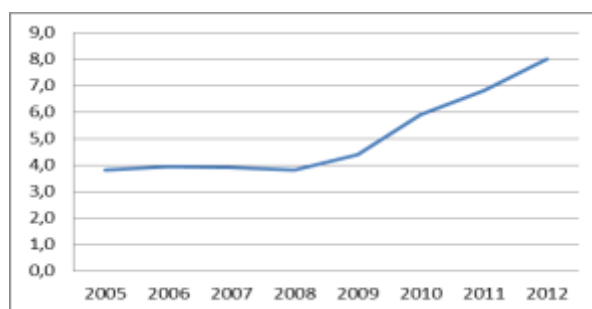
Paulo Júlio⁷ e Tiago Ramalho

1 – Introdução

O subsídio de desemprego é uma ferramenta estruturante para o bom funcionamento de uma economia. As suas funções são de índole vária: contribui para a estabilização automática da economia, atenuando os efeitos cíclicos; auxilia as pessoas que entram em situação de desemprego, para que se evitem problemas sociais graves; além de permitir que o mercado de trabalho aloque mais racionalmente os recursos, dando margem aos indivíduos para encontrarem opção laboral que se adequa ao seu perfil.

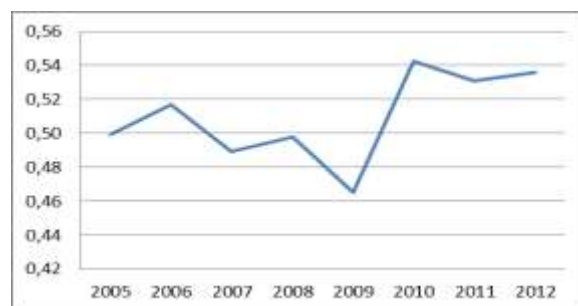
No entanto, há também efeitos desincentivadores, os quais estão largamente estudados, que devem ser tomados em consideração. Em primeiro lugar, pode haver desincentivos para o regresso ao mercado de trabalho, perdendo-se população ativa. No entanto, mesmo para os que se mantêm no mercado de trabalho, é particularmente premente a deterioração das competências decorrentes de situações de desemprego que se prolongam durante longos períodos de tempo. A evolução do desemprego de longa duração, como pode ser visto nos gráficos abaixo, tem sido bastante desfavorável, tanto olhado isoladamente como em proporção do desemprego total.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego de longa duração (%)



Fonte: INE

Gráfico 2 – Porção de desempregados de longa duração no total do desemprego (%)



Fonte: INE

Dada esta evolução, torna-se necessária a compreensão dos comportamentos de transição do estado de desemprego para o emprego. Esta transição pode ser fortemente influenciada pelos arranjos institucionais de proteção social para situações de desemprego. O presente estudo visa precisamente analisar a forma

⁶ As opiniões expressas neste artigo são da responsabilidade dos autores e não correspondem necessariamente às que são defendidas pelo Ministério da Economia e do Emprego.

⁷ Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e do Emprego.

como estão relacionados a transição para o emprego e o período remanescente para a expiração do subsídio.

Os resultados vão, de um modo geral, ao encontro do que é esperado: quanto mais afastado está o fim do período de concessão, menor é o incentivo a transitar para o emprego.

O estudo inicia-se com uma nota metodológica, na secção 2, seguida da apresentação dos principais resultados, na secção 3. Na secção 4 são apresentadas algumas conclusões e recomendações de política.

2 – Metodologia

Foi analisada a probabilidade de um desempregado transitar para situação de emprego em função da percentagem de tempo remanescente até expirar o subsídio de desemprego concedido, ou seja, em função de:

$$\text{Expiração do subsídio (\%)} = \frac{\text{dias inicialmente concedidos} - \text{dias do processo}}{\text{dias inicialmente concedidos}}$$

Subdividiu-se a análise estudando-se, em primeiro lugar, o total de desempregados e, em segundo lugar, apenas os desempregados que não usufruíram de todo o período de concessão de subsídio. Para ambas as situações foram criados histogramas que evidenciam a relação em estudo.

Seguidamente estudou-se a probabilidade de transição de um indivíduo de um estado de desemprego para uma situação de emprego, condicional à parcela de indivíduos que ainda não transitaram. Isto é, para cada classe de tempo remanescente para o fim do período de concessão de subsídio, determinou-se o conjunto de indivíduos ainda desempregados e desses calculou-se a percentagem que transitou para o emprego.

Para toda a análise foram assumidas algumas hipóteses. Apenas se considera que o indivíduo transita para o emprego se for registada a data da sua primeira remuneração. Foram, assim, eliminados todos os casos em que esta data era omissa. Além disso, por período de desemprego entende-se o tempo total de subsídio usufruído acrescido do tempo até ao recebimento da primeira remuneração.

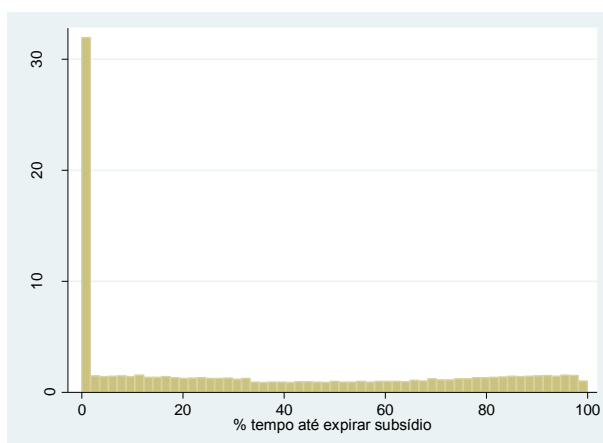
Os dados utilizados foram retirados das bases de dados do Instituto de Informática da Segurança Social. Cada entrada regista um processo de desemprego para o qual tenha existido um pedido de subsídio, bem como o número de dias concedido e o número de dias do processo.

3 – Resultados

Nesta secção apresentam-se os principais resultados do estudo levado a cabo sobre a relação entre a transição para o emprego e o tempo remanescente para o fim do período de concessão do subsídio.

Analisando o total dos desempregados constata-se que é bastante representativa a percentagem dos que usufruem da totalidade do período de concessão do subsídio de desemprego (Gráfico 3). Significa isto que cerca de um terço de todos os desempregados transita para a situação de emprego apenas quando já não há lugar a uma prestação social. Isto pode dever-se a dois fatores principais: por um lado, pode o indivíduo perder incentivo para procurar um emprego, como por exemplo no caso em que a prestação social tem um valor tal que a compensação pelo trabalho não é motivadora; por outro lado, pode haver problemas estruturais de «matching» no mercado de trabalho português, que levam a uma grande dificuldade para os desempregados encontrarem um posto de trabalho que se lhes adegue.

Gráfico 3 – Percentagem de transições em função da percentagem de tempo remanescente para acabar o subsídio (inclui indivíduos que transitam depois de acabar o prazo concedido)

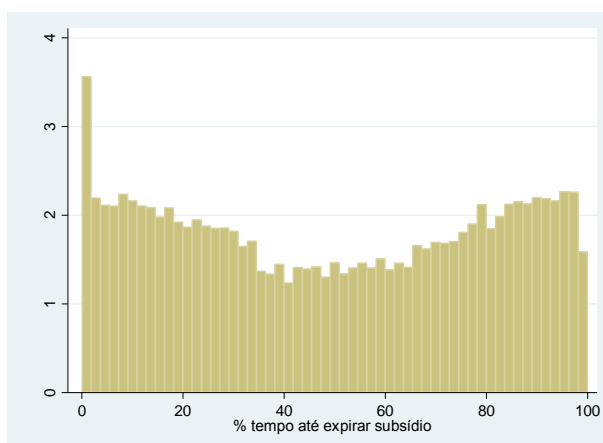


Fonte: Cálculo GEE, IISS

A representatividade daqueles que apenas transitam para o emprego após o fim do período de desemprego subsidiado leva a que a leitura dos outros casos seja dificultada. Torna-se, por isso, pertinente a exclusão desse grupo e a análise mais cuidada do que acontece nos restantes casos.

Se retirarmos da amostra os indivíduos que usufruem o subsídio durante toda a vigência deste, podemos constatar que há um comportamento bastante evidente: os agentes tendem a situar-se nas situações mais extremas. Uma porção significativa de desempregados transita para um emprego pouco tempo depois de começar a receber subsídio, enquanto uma porção igualmente significativa apenas transita quando o tempo de vigência do subsídio está prestes a terminar. Uma porção menos relevante está na situação intermédia (Gráfico 4).

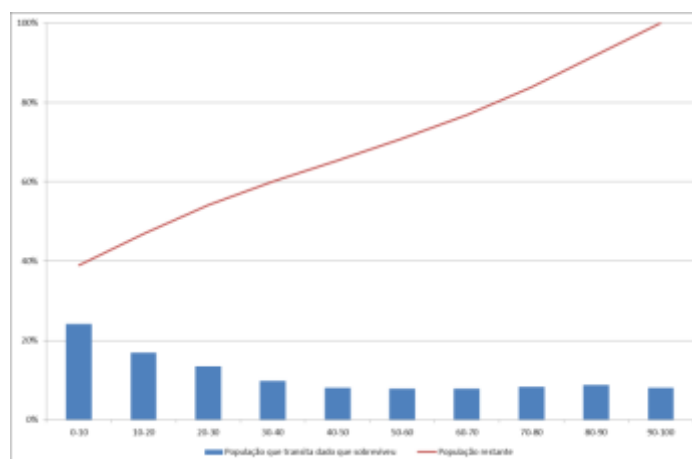
Gráfico 4 – Percentagem de transições em função da percentagem de tempo remanescente para acabar o subsídio (exc. 0%, ou seja, transições depois de acabar o prazo concedido)



Fonte: Cálculo GEE, IISS

Uma análise adicional permite compreender de forma mais fina como é que a transição para o emprego pode depender do tempo remanescente até expirar o subsídio. Analisando a probabilidade de transição dentro de cada classe de tempo remanescente para o fim do período de concessão do subsídio, torna-se evidente que quanto mais próximo está o fim do subsídio, maior é a probabilidade de os indivíduos transitarem para o emprego. A linha vermelha mostra o total de pessoas desempregadas que transitam a cada classe de tempo. Como se pode ver, cerca de 40% das pessoas só transitam para o emprego após o fim do subsídio.

Gráfico 5 – Percentagem de indivíduos que transita para emprego em função da percentagem de tempo remanescente até expirar o subsídio



Fonte: Cálculo GEE, IISS

4 – Conclusões

o consenso académico atual é de que o subsídio de desemprego leva a uma relativa demora na transição para o emprego (Addison e Portugal, 2004). Em «Six Ways to Leave Unemployment», Portugal e Addison (2003) concluem que esta demora é transversal a vários tipos de saída da situação de desemprego (emprego a tempo parcial, emprego com contrato a prazo, emprego com contrato permanente, emprego por conta própria e passagem à inatividade), sendo que a única saída estudada em que esse desincentivo não se materializa é a do emprego público.

No entanto, e apesar de os resultados serem bastante fortes e condizentes com a realidade portuguesa expressa neste estudo, é importante pesar o que são fatores relevantes de cariz institucional. A economia portuguesa tinha, até recentemente, um elevado nível de proteção do emprego (*Index of Economic Freedom 2012* da Heritage Foundation), o que ajuda a explicar uma elevada duração do desemprego (Blanchard e Portugal, 1998). Significa isto que um indivíduo que entra em situação de desemprego tem maiores dificuldades em obter novo emprego – principalmente se o objetivo for encontrar um que se adeque às suas características. Além disso, o valor do subsídio pode, também ele, ser desincentivador do retorno ao emprego quando o novo salário não for suficientemente compensador.

As principais conclusões que se tiram para a política pública são a redução dos limites máximos de concessão de subsídio, o que já aconteceu em 2012 (DL 64/2012), e, além disso, uma dissociação entre a idade e o período de concessão (Portugal e Addison, 2003). No entanto, qualquer decisão política deve ser tomada tendo em conta as especificidades do mercado português no que respeita à proteção laboral e duração esperada do desemprego, porquanto uma diminuição exagerada da duração do subsídio poderá levar apenas a perdas de eficiência na alocação de recursos (pessoas a desempenhar funções que não se adequam às suas capacidades) ou, no pior cenário, a situações de dificuldade económica para as famílias com indivíduos em situação de desemprego, bloqueando-se assim esta via de estabilização automática.

5 – Referências

ADDISON, John T. e Pedro Portugal, «How does the unemployment insurance system shape the time profile of jobless duration?», Banco de Portugal, 2004.

BLANCHARD, Olivier e Pedro Portugal, «What hides behind an unemployment rate: Comparing Portuguese and U.S. unemployment», NBER Working Paper Series, 1998.

PORTUGAL, Pedro e John T. Addison, «Six Ways to Leave Unemployment», Banco de Portugal, 2003.

ADDISON, John T. e Pedro Portugal, «How do different entitlements to unemployment benefits affect the transitions from unemployment into employment?», Banco de Portugal, 2007.

Heritage Foundation, *Index of Economic Freedom 2012*.

O Efeito Orçamental do Envelhecimento da População em Portugal no Contexto da União Europeia

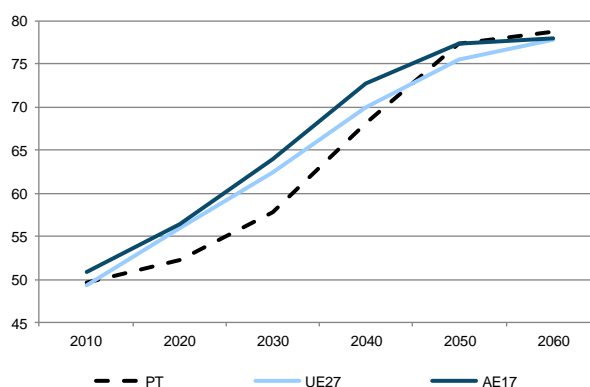
Conceição Nunes *

1. Efeitos de longo prazo do envelhecimento

A sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas dos países da UE é sujeita a uma avaliação regular por parte da Comissão Europeia no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento¹. As alterações demográficas constituem-se como um dos fatores com impacto na sustentabilidade das finanças públicas. Atualmente, a conjugação de um aumento da esperança de vida com baixas taxas de natalidade e um fluxo líquido cada vez menor de migração induzem o envelhecimento da população, e este, por sua vez, traduz-se no aumento da despesa pública. O financiamento destes gastos futuros, além de ser um desafio orçamental, é um desafio económico. Um forte crescimento destas despesas pode obrigar a acréscimos consideráveis de impostos e de contribuições para a Segurança Social, que poderão distorcer as decisões económicas e, em última instância, afetar o crescimento da economia. O aumento da carga fiscal pode provocar desemprego e desincentivar o trabalho, reduzindo a sua oferta. Por outro lado, os efeitos de medidas tomadas pelos governos como resposta ao aumento deste tipo de despesa, como o aumento da idade de reforma e o restringir a possibilidade de reforma antecipada, podem ser anulados se houver uma subida das taxas de contribuição para a Segurança Social que implique um elevado custo marginal sobre a permanência no mercado de trabalho.

De acordo com as projeções demográficas realizadas pelo Eurostat em março de 2010, a evolução da estrutura demográfica na UE deverá traduzir-se num aumento significativo do rácio de dependência total² de quase de 60% no período de 2010 a 2060 (Gráfico 1). O agravamento deste rácio deverá ocorrer entre a atual década e 2035, período em que a geração do *baby boom*³ atinge a idade legal de reforma. Em Portugal, o agravamento do rácio de dependência total deverá verificar-se mais tarde, entre 2020 e 2050, decorrente principalmente do comportamento das taxas de natalidade verificadas até 1975, altura em que registaram uma inversão.

Gráfico 1: Rácio de dependência total
(Em percentagem)



Fonte: Eurostat, EuroPop2010.

A alteração da estrutura da população resulta da conjugação entre o aumento da taxa de fertilidade, a subida da esperança de vida e a desaceleração da migração. Apesar de se projetar um aumento da popu-

* Técnica do GPEARI-MF. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade da autora podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade da autora.

¹ Recentemente foram tomadas decisões pela UE e pelos Estados-membros no sentido de reforçar a coordenação económica e orçamental da UE e da área do euro em particular.

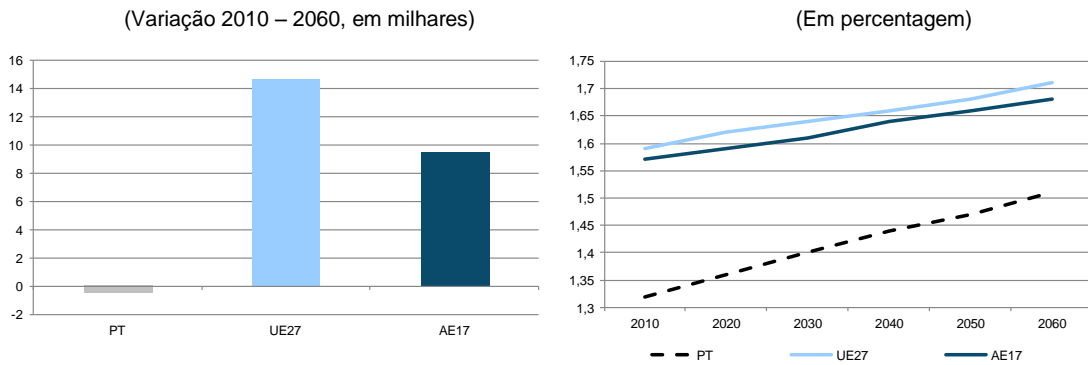
² Rácio entre a população com menos de 15 anos e mais de 65 anos em percentagem da população com idade compreendida entre os 15 e 65 anos.

³ População nascida após a 2ª Guerra Mundial, entre 1945 e 1964.

lação da UE até 2040, 10 países, incluindo Portugal, deverão registar uma diminuição da população entre 2010 e 2060.

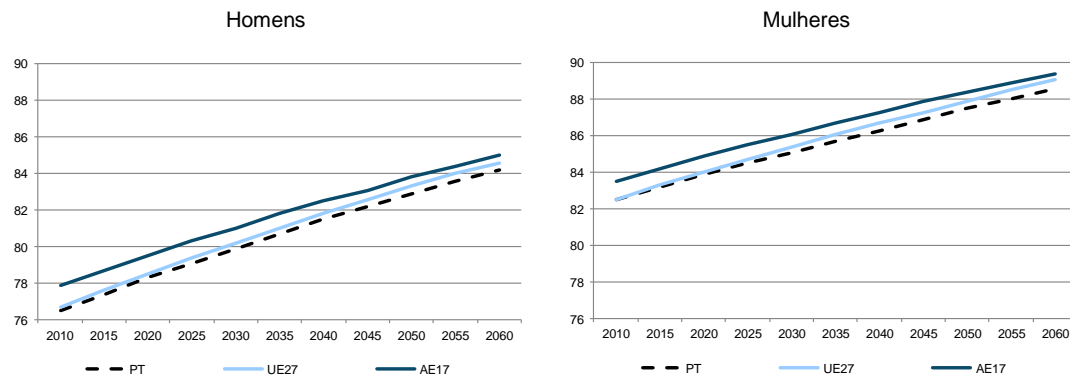
Refira-se que as projeções demográficas consideraram uma convergência no longo prazo das taxas de fertilidade e de mortalidade e do nível da migração líquida, resultando em maiores aumentos nas taxas de esperança de vida dos países com níveis mais baixos e menores aumentos para os países onde estas são maiores e na convergência em cada país dos fluxos de emigração e imigração de acordo com as respetivas estruturas de idades.

Gráfico 2: População e taxas de natalidade



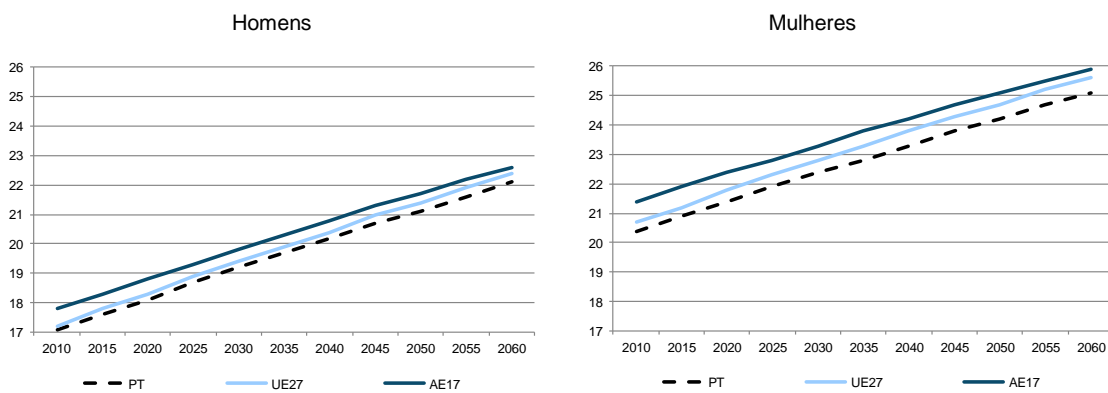
Fonte: Eurostat, Europop2010.

Gráfico 3: Esperança de vida à nascença



Fonte: Eurostat, Europop2010.

Gráfico 4: Esperança de vida aos 65 anos



Fonte: Eurostat, Europop2010.

De acordo com as projeções para o mercado de trabalho, a taxa de participação (dos 15 aos 64 anos)⁴ deverá aumentar 2,8 p.p. na UE e 2,6 p.p. em Portugal, entre 2010 e 2060, diminuindo a diferença entre as taxas de participação dos homens e mulheres⁵. Por estrato etário, até 2035 a taxa de participação da população com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos é a que deverá registar o maior aumento (15,2 p.p. em Portugal e 16,8 p.p. na UE), devido às reformas introduzidas nos sistemas de pensões.

Quadro 1: Taxa de participação
(Em percentagem)

	Taxa de participação (15-64)				Taxa de participação (55-64)			
	2010	2015	2060	Var. 2010-60	2010	2015	2060	Var. 2010-60
Portugal	74,1	75,2	76,7	2,6	54,2	58,9	69,4	15,2
União Europeia	71,1	72,4	73,8	2,8	49,7	54,6	66,5	16,8
Área do euro	71,4	72,7	74,2	2,8	49,3	55,4	68,1	18,8

	Taxa de participação (15-64)-homens				Taxa de participação (55-64)-homens			
	2010	2015	2060	Var. 2010-60	2010	2015	2060	Var. 2010-60
Portugal	78,3	78,5	78,1	-0,2	62,0	65,4	70,7	8,7
União Europeia	77,7	78,4	78,1	0,5	58,8	62,8	70,0	11,2
Área do euro	78,2	78,6	78,3	0,1	58,1	63,0	70,8	12,7

	Taxa de participação (15-64)-mulheres				Taxa de participação (55-64)-mulheres			
	2010	2015	2060	Var. 2010-60	2010	2015	2060	Var. 2010-60
Portugal	70,0	71,9	75,2	5,2	47,3	53,0	68,1	20,9
União Europeia	64,5	66,3	69,3	4,9	41,1	46,9	62,8	21,7
Área do euro	64,6	66,7	70,0	5,4	40,9	48,2	65,5	24,5

Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

As taxas de emprego⁶ deverão registar um crescimento que será mais acentuado até 2020, projetando-se que o grupo etário entre os 55 e os 64 anos ganhe maior representatividade. Contudo, este aumento das taxas de emprego repercutirá a diminuição da população ativa, uma vez que se reduzirá o número de pessoas empregadas.

Quadro 2: Taxa de emprego e população ativa
(Em percentagem)

	Taxa de emprego (15-64)				População activa (15-64) em % da população total			
	2010	2015	2060	Var. 2010-60	2010	2015	2060	Var. 2010-60
Portugal	65,6	65,6	71,1	5,5	66,8	66,1	56,0	-10,9
União Europeia	64,1	65,8	69,0	4,9	67,0	65,5	56,2	-10,7
Área do euro	64,2	65,8	69,2	5,1	66,3	65,1	56,2	-10,1

Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

Por outro lado, as atuais tendências no mercado de trabalho, como o aumento do trabalho parcial, poderão levar à diminuição do número de horas trabalhadas, apesar de prever um crescimento até 2020, justificado por uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. O comportamento do número de

⁴ Rácio da população empregada ou à procura de emprego com idade entre os 15 e os 64 anos sobre a população total com idade entre os 15 e os 64 anos.

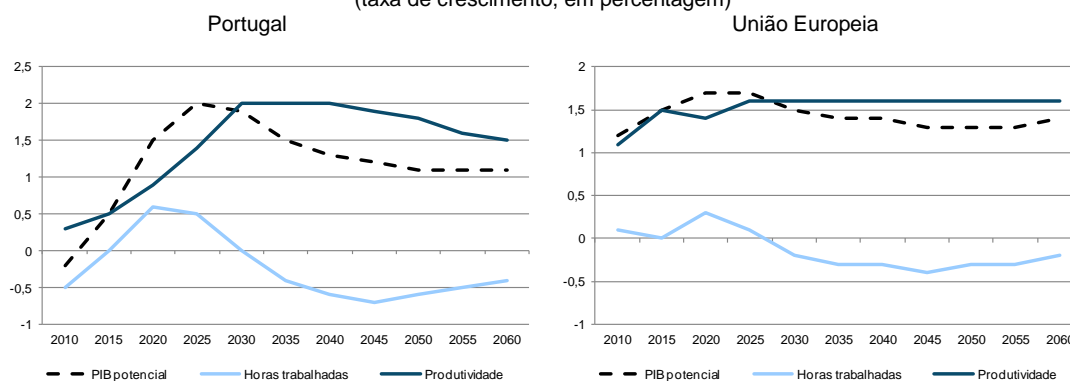
⁵ A Roménia e a Bulgária são exceções, sendo que no caso da Bulgária a taxa de participação dos dois géneros aumenta e no caso da Roménia diminui.

⁶ Rácio entre a população empregada e a população em idade ativa com idade entre os 15 e os 64 anos.

horas trabalhadas será a principal condicionante do crescimento potencial do PIB, provocando, a partir de 2025 e até 2055, a desaceleração do crescimento potencial. Assim, na UE o ritmo de crescimento do PIB potencial deverá aumentar até 2020, altura em que atingirá um valor de 1,7%, para começar a desacelerar a partir de 2025, atingindo 1,3% em 2045. Para Portugal espera-se que a dinâmica do produto potencial cresça até 2% em 2025, invertendo depois a tendência até 2050, altura em que estabilizará em 1,1%.

A taxa de crescimento anual da produtividade na UE deverá apresentar uma trajetória ascendente até 2025, com exceção de 2020 onde se prevê um ligeiro abrandamento, mantendo-se depois estável em 1,6% até ao final do horizonte da projeção. Este comportamento deve-se à premissa assumida de que a produtividade total dos fatores deverá convergir nos países da UE para um valor em torno de 1%, sendo que a velocidade da convergência será maior nos países com menor PIB *per capita*.

Gráfico 5: PIB potencial, horas trabalhadas e produtividade
(taxa de crescimento, em percentagem)



Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

Tendo por base as hipóteses demográficas e macroeconómicas, para cada Estado-membro (EM)⁷, a 15 de maio de 2012, o Conselho ECOFIN aprovou o quarto relatório sobre o impacto do envelhecimento da população na despesa pública dos Estados-membros da UE (*The 2012 Ageing Report, Economic and budgetary projections for the 27 Member States (2010-2060), European Economy 2/2012*)⁸. Este relatório foi elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População e Sustentabilidade (AWG)⁹ do Comité de Política Económica, em conjunto com a Comissão Europeia, e inclui projeções para todos os Estados-membros da UE e para a Noruega, para o período 2010-2060. O relatório apresenta projeções para a despesa pública relacionada com o envelhecimento desagregada em despesa em pensões, saúde, cuidados continuados, desemprego e educação. O relatório apresenta dois cenários: (i) o cenário de referência, que se centra nos impactos orçamentais que resultam maioritariamente da evolução demográfica, assumindo que o aumento de esperança de vida futuros correspondem a anos com bom estado de saúde; e (ii) o cenário de risco, que incorpora o efeito adicional de custos não demográficos nas despesas de saúde e de cuidados continuados, como os que derivam da inovação tecnológica (por exemplo, novos medicamentos e tratamentos) e de fatores institucionais (por exemplo, uma cobertura mais alargada), traduzidos numa maior sensibilidade ao rendimento *per capita*. O cenário de referência será considerado na definição dos Objetivos de Médio Prazo¹⁰ para cada um dos países. Contudo, só as despesas estritamente relacionadas com o envelhecimento (excluindo as despesas com o subsídio de desemprego,

⁷ Ver *The 2012 Ageing Report: Underlying Assumptions and Projection Methodologies, European Economy 4/2011*, disponível em http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2011/pdf/ee-2011-4_en.pdf.

⁸ Disponível em http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2012/pdf/ee-2012-2_en.pdf. Os exercícios anteriores foram elaborados em 2001, 2006 e 2009.

⁹ Acrónimo correspondente à designação inglesa *Ageing Working Group*.

mais sujeitas à variação do ciclo económico) serão consideradas no cálculo dos indicadores de sustentabilidade.

Como habitualmente, as projeções da despesa em pensões foram realizadas recorrendo aos modelos nacionais mas utilizando hipóteses harmonizadas, de modo a que as características institucionais de cada um dos sistemas pudessem ser incorporadas, e foram sujeitas a um processo de *peer-review* no AWG¹¹. As projeções relativas às restantes despesas associadas ao envelhecimento foram elaboradas pelos serviços da Comissão e discutidas no mesmo grupo de trabalho. Saliente-se o facto de que estas projeções não pretenderem ser entendidas como previsões, mas dar unicamente informação relativa ao momento e à magnitude das alterações económicas que resultarão do envelhecimento da população num cenário de políticas invariantes. Por outro lado, o grau de incerteza é elevado e aumenta com o período da projeção. Este relaciona-se com a evolução da produtividade, do desemprego, dos fluxos de migração, das condições de saúde dos mais velhos e da incidência da incapacidade, dependendo ainda da evolução da atual crise económica e financeira. Dado que os resultados são fortemente influenciados pelas hipóteses assumidas, foram realizados vários testes de sensibilidade para os diferentes tipos de despesas, que não serão abordados neste trabalho.

2. Impacto orçamental do envelhecimento da população

O resultado das projeções aponta para aumentos médios na despesa pública em cerca de 4,1 p.p. do PIB para a área do euro e de 3,7 p.p. para a UE resultantes do efeito do envelhecimento, num cenário de políticas invariantes. Estes acréscimos resultam essencialmente da evolução projetada para as despesas em pensões, cuidados de saúde e cuidados continuados, enquanto as despesas em educação e subsídio de desemprego apresentam alguma redução. No caso de Portugal, o aumento é bastante inferior ao da média da UE, situando-se em 0,1 p.p. do PIB. A despesa pública estritamente relacionada com o envelhecimento (excluindo a despesa com o subsídio de desemprego) deverá aumentar 4,1 p.p. do PIB na UE, 4,5 p.p. na área do euro e 0,5 p.p. em Portugal.

Quadro 3: Evolução projetada da despesa pública relacionada com o envelhecimento Cenário de referência

(Em percentagem e pontos percentuais do PIB)

	Despesas estritamente relacionadas com o envelhecimento										Desemprego		Total	
	Pensões		Saúde		Cuidados continuados		Educação		Total					
	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60
Portugal	12,5	0,2	7,2	1,1	0,3	0,3	4,7	-1,1	24,7	0,5	1,2	-0,4	25,9	0,1
União Europeia	11,3	1,5	7,1	1,1	1,8	1,5	4,6	-0,1	24,8	4,1	1,1	-0,3	25,9	3,7
Área do euro	12,2	2,0	7,3	1,1	1,8	1,7	4,5	-0,2	25,8	4,5	1,3	-0,4	27,1	4,1

Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

No cenário de risco, a despesa pública deverá crescer 4,9 p.p. do PIB na área do euro, 4,5 p.p. na UE e 1,3 p.p. em Portugal. Quanto à despesa estritamente relacionada com o envelhecimento, para Portugal projeta-se um aumento de 1,7 p.p. do PIB, menos 3,1 p.p. que na UE e 3,6 p.p. que na área do euro.

¹⁰ Ver *Fiscal Sustainability Report 2012, European Economy 8/2012*, disponível em http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2012/pdf/ee-2012-8_en.pdf.

¹¹ Os dados aqui apresentados não refletem as reformas realizadas após dezembro de 2011, incluindo os últimos *peer-review* realizados após o fecho do Relatório, nomeadamente da Itália, Hungria, Bélgica, Holanda e Dinamarca.

Quadro 4: Evolução projetada da despesa pública relacionada com o envelhecimento
Cenário de risco
 (em percentagem e pontos percentuais do PIB)

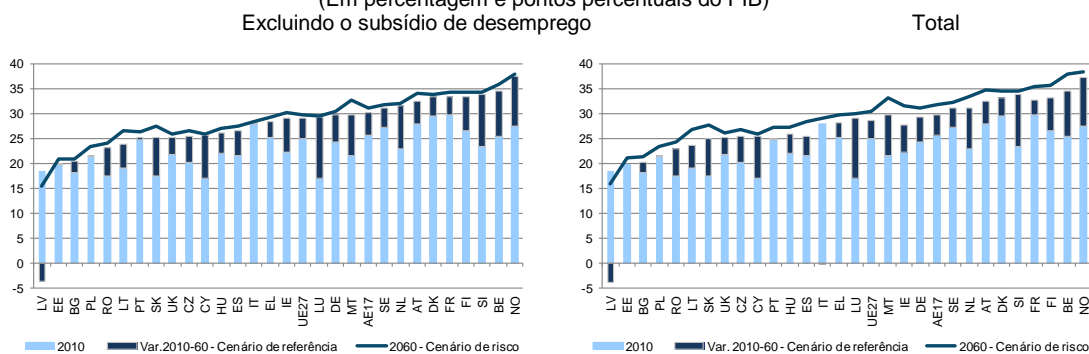
	Despesas estritamente relacionadas com o envelhecimento										Desemprego		Total	
	Pensões		Saúde		Cuidados continuados		Educação		Total		2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60
	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60	2010	Var. 2010-60				
Portugal	12,5	0,2	7,2	1,6	0,3	1,0	4,7	-1,1	24,7	1,7	1,2	-0,4	25,9	1,3
União Europeia	11,3	1,5	7,1	1,7	1,8	1,7	4,6	-0,1	24,8	4,8	1,1	-0,3	25,9	4,5
Área do euro	12,2	2,0	7,3	1,7	1,8	1,9	4,5	-0,2	25,8	5,3	1,3	-0,4	27,1	4,9

Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

No âmbito deste exercício, os países foram agrupados em três classes consoante o aumento das despesas públicas estritamente relacionadas com o envelhecimento. Num primeiro grupo, com um crescimento da despesa pública de 7 p.p. do PIB ou superior, encontram-se o Luxemburgo, a Eslovénia, a Bélgica, a Holanda, o Chipre, Malta e a Eslováquia. No cenário de risco, as perspetivas para estes países apresentam maiores desafios. Num segundo grupo, com uma variação da despesa entre 4 e 7 p.p. do PIB, posicionam-se a Finlândia, a Irlanda, a Roménia, a Alemanha, a República Checa, a Espanha, a Lituânia, a Áustria e a Hungria. A Irlanda, Lituânia e a Finlândia apresentam aumentos superiores a 7 p.p. do PIB de acordo com o cenário de risco. Um terceiro grupo, com um crescimento mais moderado da despesa (abaixo do 4 p.p. do PIB), é composto pela Suécia, França, Dinamarca, Reino Unido, Grécia, Bulgária, Portugal, Polónia, Itália, Estónia e Letónia. Destes países, a França, a Suécia, a Dinamarca, o Reino Unido e a Grécia apresentam, para o cenário de risco variações iguais ou superiores a 4 p.p. do PIB entre 2010 e 2060, sendo, porém, inferiores à média dos países da UE.

O facto de Portugal se situar no grupo de países com menor crescimento da despesa relacionada com o envelhecimento (é o quinto país com menor aumento) reflete sobretudo os efeitos da reforma do sistema de pensões, contando ainda com algum impacto das medidas sobre os salários¹².

Gráfico 6: Despesa pública relacionada com o envelhecimento
 (Em percentagem e pontos percentuais do PIB)



Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

O crescimento da despesa com pensões em percentagem do PIB pode ser decomposto no produto do rácio de dependência, rácio de cobertura, o inverso do efeito emprego, rácio de benefício e o inverso da intensidade do trabalho.

¹² Na projeção das pensões foi considerado o corte um corte de 5 % em média dos salários dos funcionários públicos em 2011 e a suspensão da regra de atualização das pensões. Nas despesas com educação foi considerado o corte em média de 5% dos salários dos funcionários públicos em 2011 e o congelamento dos subsídios de férias e de Natal em 2012, o que corresponde a uma redução de 13% em média.

Em termos algébricos:

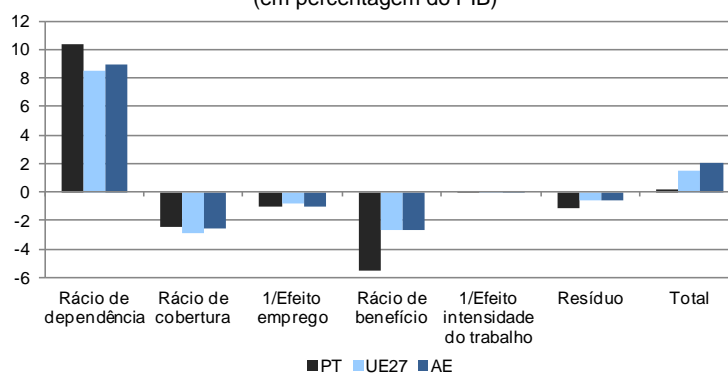
$$\frac{\text{Despesa em pensões}}{\text{PIB}} = \text{Rácio de dependência} \times \text{Rácio de cobertura} \times \frac{1}{\text{Efeito emprego}} \times \text{Rácio de benefício} \times \frac{1}{\text{Intensidade do trabalho}} \times \varepsilon$$

Em que:

$$\begin{aligned} \text{Rácio de dependência} &= \frac{\text{População 65 +}}{\text{População (20 - 64)}} \\ \text{Rácio de cobertura} &= \frac{\text{Número de pensionistas}}{\text{População 65 +}} \\ \text{Efeito emprego} &= \frac{\text{População (20 - 64)}}{\text{População empregada (20 - 64)}} \\ \text{Rácio de benefício} &= \frac{\text{PIB}}{\text{PIB} / \text{N}^\circ \text{ horas trabalhadas (20 - 74)}} \\ \text{Intensidade do trabalho} &= \frac{\text{Horas trabalhadas pela população ativa (20 - 64)}}{\text{População ativa (20 - 64)}} \\ \varepsilon &= \frac{\text{Horas trabalhadas pela população ativa (20 - 64)}}{\text{Horas trabalhadas pela população ativa (20 - 74)}} \end{aligned}$$

Os fatores demográficos são os principais responsáveis pelo aumento da despesa com pensões, como se pode constatar pela evolução do rácio de dependência. No caso específico de Portugal, este fator tem um contributo superior ao da UE e da área do euro, em 1,9 e 1,5 p.p., respetivamente. Os restantes anulam parcialmente o impacto demográfico, sendo o contributo dos rácios de benefício e de cobertura os mais expressivos. No caso português, a contribuição do rácio de benefício é o dobro da média dos países da UE e área do euro (-5,5 p.p. e -2,7 p.p., em Portugal e UE e área do euro, respetivamente). Isto significa que a imposição de restrições no acesso às pensões, quer através do aumento da idade de reforma quer de maiores restrições no acesso a pensões antecipadas ou pensões de invalidez, permitirão limitar o aumento da despesa pública com pensões na maioria dos países.

Gráfico 7: Decomposição da variação da despesa pública em pensões 2010-2060
(em percentagem do PIB)



Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012.*

Relativamente aos cuidados de saúde, os países da UE enfrentam igualmente desafios, prevendo-se que a despesa aumente 1,1 p.p. do PIB, até 2060, na UE, área do euro e Portugal, partindo de pouco mais de 7% do PIB em 2010, de acordo com o cenário de referência. Neste cenário, o aumento da despesa resulta da combinação das alterações demográficas, assumindo que metade do aumento da esperança de vida será com bom estado de saúde. No cenário de risco, que considera o impacto adicional de outros custos não demográficos, como os que derivam da inovação tecnológica (por exemplo, novos medicamentos e tratamentos) e de fatores institucionais (por exemplo, uma cobertura mais alargada), traduzidos

por uma maior sensibilidade ao rendimento *per capita*, o aumento da despesa é maior do que no cenário de referência (0,6 p.p. na UE e área do euro e 0,5 p.p. em Portugal).

No caso dos cuidados continuados, o aumento da população com mais de 80 anos irá levar a um forte aumento da despesa, dado que a procura deste tipo de cuidados de saúde aumenta com a debilidade e deficiência em idades avançadas. De acordo com o cenário de referência, o aumento deste tipo de despesa passará de 1,8% do PIB, em 2010, na UE e área do euro, para 3,4% em 2060. Em Portugal, a despesa com cuidados continuados deverá duplicar o seu peso no PIB entre 2010 e 2060, passando de 0,3% do PIB para 0,6%. No cenário de risco, que assume a convergência dos custos médios nacionais para a média ponderada da UE, com o objetivo de traduzir uma possível convergência nos padrões reais de vida, a despesa pública com cuidados continuados aumenta mais 0,2 p.p. do PIB que no cenário de referência, na UE e na área do euro. No caso de Portugal, esse aumento será de 0,7 p.p. do PIB acima do cenário de referência.

A despesa pública com educação reflete em grande parte a evolução demográfica e, de acordo com as projeções, a proporção de crianças e jovens face à população ativa deverá diminuir nas próximas décadas. Contudo, este tipo de despesa também depende, por exemplo, da duração do ensino obrigatório, da dimensão média das turmas e do nível relativo dos salários dos profissionais da área. A metodologia utilizada não permite captar a complexidade do sistema de cada um dos EM, nem tem em consideração as alterações futuras que permitirão aos países atingir metas específicas como, por exemplo, as definidas na Estratégia Europa 2020¹³. Assim, refletindo essencialmente a diminuição do número de estudantes¹⁴, a despesa pública com educação deverá diminuir 1,1 p.p. do PIB em Portugal entre 2010 e 2060, enquanto na UE e na área do euro diminuirá 0,1 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente.

Dado que o número de desempregados em percentagem da população ativa deverá reduzir-se no horizonte temporal da projeção, as despesas com o subsídio de desemprego deverão diminuir 0,4 p.p. do PIB em Portugal e área do euro e 0,3 p.p. na UE.

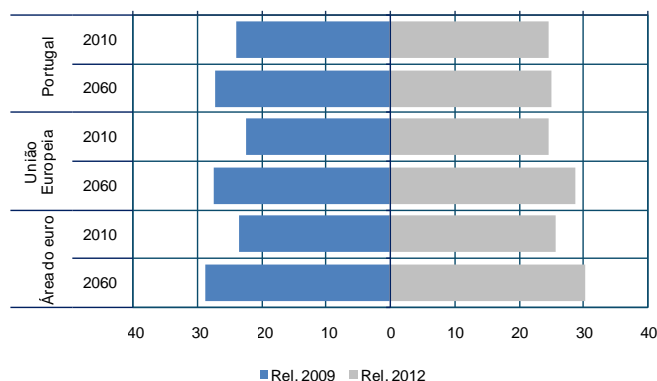
3. Comparação com o exercício anterior

Comparando as presentes projeções com as publicadas no Relatório sobre o Envelhecimento de 2009, o aumento da despesa pública estritamente relacionada com o envelhecimento, entre 2010 e 2060, é menor quer para a UE quer para a área do euro (4,1 p.p. do PIB na UE e 4,5 p.p. na área do euro, no Relatório atual, que compara com 4,8 p.p. e 5,3 p.p. na UE e na área do euro, respetivamente, no Relatório de 2009). Apesar deste facto, na UE e área do euro, a despesa prevista para 2060 é superior à do anterior Relatório (28,9% do PIB na UE e 30,3% na área do euro, na corrente projeção, e 27,4% na UE e 28,7% na área do euro, de acordo com a anterior), devido às diferenças existentes no ano base (2010) justificadas por um menor crescimento económico.

¹³ No Relatório constam dois cenários alternativos, um dos quais (o cenário UE2020) considera em termos de custos as metas definidas na Estratégia Europa 2020.

¹⁴ Nas projeções para Portugal foi considerado um corte salarial em média de 5% em 2011 e a suspensão dos subsídios de férias e de Natal correspondendo a um corte de 13% em 2012.

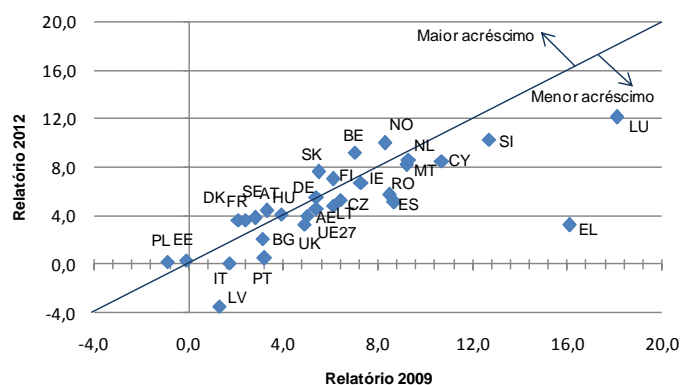
Gráfico 8: Despesa pública estritamente relacionada com o envelhecimento, 2010 e 2060
(em percentagem do PIB)



Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

Apesar da variação média dos países da UE da despesa pública estritamente relacionada com o envelhecimento ter sido inferior na presente projeção, há onze países onde se projeta que os acréscimos sejam maiores que no anterior Relatório: Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Estónia, França, Hungria, Áustria, Polónia, Eslováquia, Finlândia e Suécia. Nos restantes dezasseis países os acréscimos são menores. Portugal é o quinto país onde se espera uma maior redução, depois da Grécia, Luxemburgo, Letónia e Espanha.

Gráfico 9: Variação esperada da despesa pública relacionada com o envelhecimento, 2010 – 2060, comparação entre o Relatório de 2009 e de 2012
(em pontos percentuais do PIB)



Fonte: *The 2012 Ageing Report, European Economy 2/2012*.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p data-bbox="225 315 475 376"><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p data-bbox="225 389 475 450"><i>13 de novembro de 2012</i></p>	<p data-bbox="475 300 1359 376">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 13 de novembro de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="475 389 1359 741">▪ Alterações climáticas – mecanismo <i>fast start</i>: O Conselho adotou conclusões relativas a este tema, onde reafirma a importância deste mecanismo no combate às alterações climáticas e mantém o compromisso da UE de contribuir, neste âmbito, com EUR 7 200 milhões cumulativamente para os anos de 2010 a 2012. É ainda reforçada a ideia de que a comunidade internacional necessita desenvolver um trabalho construtivo no sentido de aumentar os recursos financeiros disponíveis para financiar as alterações climáticas para além de 2012. Neste contexto, é reconhecido o papel a desempenhar pelos bancos de desenvolvimento multilaterais e por outras instituições financeiras públicas e pelo setor privado no cumprimento das metas propostas. <li data-bbox="475 754 1359 1205">▪ Imposto sobre as transações financeiras (ITF): O Conselho tomou nota dos desenvolvimentos relativos à introdução de um ITF num conjunto de estados-membros que desejam participar no procedimento de cooperação reforçada e discutiu a forma de fazer avançar este dossier. Recorde-se que, a 23 de outubro, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de decisão do Conselho autorizando a introdução do ITF através de cooperação reforçada na Bélgica, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Eslovénia e Eslováquia. Esta autorização constitui um procedimento necessário à implementação da cooperação reforçada e surge na sequência das cartas enviadas à Comissão pelos referidos estados-membros solicitando a mesma. Caso o Conselho adote esta decisão, os estados-membros autorizados poderão começar a negociar a introdução do ITF através de cooperação reforçada, com base numa proposta da Comissão.
<p data-bbox="225 1227 475 1288"><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p data-bbox="225 1301 475 1361"><i>4 de dezembro de 2012</i></p>	<p data-bbox="475 1211 1359 1288">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 4 de dezembro de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="475 1301 1359 1653">▪ Governança económica – <i>Two pack</i>: Os Ministros abordaram os progressos nas negociações com o Parlamento Europeu quanto às propostas legislativas relativas à governança económica (<i>Two-pack</i>), tendo sido solicitado aos Representantes Permanentes para finalizarem o acordo assim que as negociações sejam concluídas, dado o acordo iminente entre o Conselho e o Parlamento. Recordar-se que este conjunto de legislação tem como objetivo o reforço da vigilância orçamental dos estados-membros cuja moeda é o euro e a consolidação num único texto legislativo dos diferentes procedimentos que possam constar em programas de ajuda financeira direcionados a estados-membros que estejam sob pressão dos mercados financeiros ou que solicitem ajuda financeira. <li data-bbox="475 1666 1359 1944">▪ Desequilíbrios macroeconómicos – Relatório relativo ao Mecanismo de Alerta: O Conselho tomou nota do segundo Relatório relativo ao Mecanismo de Alerta da Comissão Europeia, dando início ao procedimento anual referente aos desequilíbrios macroeconómicos. Há a referir que neste relatório são identificados os estados-membros que poderão apresentar uma situação de desequilíbrio macroeconómico e conseqüentemente serão objeto de um estudo mais pormenorizado: Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Chipre, Hungria, Malta, Holanda, Eslovénia, Finlândia, Suécia e Reino Unido. <li data-bbox="475 1957 1359 2060">▪ Relatório Anual relativo ao Crescimento: o Conselho tomou nota da apresentação por parte da Comissão Europeia do relatório anual relativo ao crescimento, onde são estabelecidas as prioridades das políticas económicas da União

Iniciativa	Sumário
	<p>para os próximos 12 meses. O relatório, cuja apresentação marca o início do ciclo do segundo Semestre Europeu incide sobre cinco áreas prioritárias: i) prosseguir estratégias de consolidação orçamental orientadas para o crescimento, diferenciadas de acordo com a margem de manobra orçamental dos estados-membros; ii) restaurar a capacidade normal de fornecimento de crédito à economia; iii) promover o crescimento e a competitividade, com enfoque nas áreas da economia digital, do mercado interno de serviços e comércio internacional; iv) combater o desemprego e as suas consequências sociais, nomeadamente no apoio ao emprego dos jovens e dos trabalhadores mais vulneráveis; v) modernizar a Administração Pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ União Económica e Monetária: O Conselho tomou nota da apresentação por parte da Comissão do seu documento com uma visão para o futuro da União Económica e Monetária (UEM). Este documento constitui um contributo para a atual discussão relativa ao reforço da UEM. ▪ Procedimento de Défices Excessivos – Grécia: O Conselho decidiu conceder mais dois anos para a correção da situação de défice excessivo na Grécia, no seguimento do acordado entre este estado-membro e a Troika. Esta decisão estabelece o ano de 2016 (em vez de 2014), como o prazo limite para que a Grécia reduza o seu défice orçamental abaixo dos 3%. Este acordo possibilitará o desembolso das próximas prestações previstas ao abrigo do segundo programa de assistência financeira. ▪ Procedimento de Défices Excessivos – Malta: O Conselho adotou a Decisão de revogar o Procedimento por Défices Excessivos para Malta, na sequência da verificação que o défice se situou abaixo de 3% do PIB em 2012 e que essa situação assume um carácter sustentado. <p>No dia 5 de dezembro, o Comité de Representantes Permanentes (COREPER) adotou o texto de compromisso, acordado com o Parlamento Europeu em 27 de novembro, referente às propostas de revisão das normas relativas às Agências de Notação de Risco. Esta revisão inclui o Regulamento 1060/2009, relativo às Agências de Notação de Risco, e as Diretivas 2003/41/EC, relativa às instituições de realização de planos de pensões profissionais, 2009/65/EC, relativa aos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM), e 2011/61/EU, relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos. No mesmo dia, o COREPER adotou ainda uma orientação geral sobre a proposta de Regulamento de Abuso de Mercado, a qual permitirá à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu.</p>
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i> <i>12 de dezembro de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 12 de dezembro de 2012 destaca-se o seguinte tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismo Único de Supervisão (<i>Single Supervisory Mechanism - SSM</i>): O Conselho adotou uma orientação geral sobre duas propostas que estabelecem o SSM, permitindo à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu. Uma das propostas confere ao BCE competências de supervisão relativamente aos bancos da zona euro e bancos de outros estados-membros que decidam participar no SSM, e a outra altera o Regulamento 1093/2010, que estabelece a Autoridade Bancária Europeia, em particular as modalidades de votação. O SSM será composto pelo BCE e pelas autoridades competentes nacionais, sendo o BCE responsável pelo funcionamento do SSM. <p>O Conselho Europeu reuniu nos dias 13 e 14 de dezembro, tendo (i) adotado um <i>roadmap</i> para o aprofundamento da UEM e reiterado a importância de criar um quadro integrado para o setor financeiro, incluindo mecanismos únicos de supervisão e resolução no setor bancário, e de completar e implementar o enquadra-</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>mento para um reforço da governação da UEM, e (ii) acordado nas cinco áreas prioritárias do Relatório Anual relativo ao Crescimento propostas pela Comissão Europeia.</p>
<p><i>Privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A</i> Conselho de Ministros de 27 de dezembro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que seleciona a <i>Vinci Concessions SAS</i> como a proposta vencedora para a aquisição de ações do capital social da ANA -Aeroportos de Portugal, S.A., objecto de venda por negociação particular.</p>
<p><i>Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais</i></p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.</p> <p>São propostas novas datas de preparação dos orçamentos municipais que permitam a adoção por parte das entidades que integram o subsector Administração Local de um calendário consistente com o previsto para a apresentação da proposta do Orçamento do Estado.</p>
<p>Conselho de Ministros de 27 de dezembro</p>	<p>Também ao nível da prestação de informação e consolidação de contas procede-se ao alargamento do perímetro de consolidação das contas dos municípios.</p> <p>Adoção de uma regra dupla para as finanças locais que conjugue uma «regra de ouro» para o saldo corrente com um limite para a dívida total.</p> <p>O IMT é extinto, a partir de Janeiro de 2016, cumprindo-se o objetivo do programa do Governo de reduzir as receitas municipais sobre a transmissão de imóveis.</p> <p>A certificação legal das contas dos municípios passa a ser obrigatoriamente realizada por um auditor externo.</p>
<p><i>Metas para a utilização de energias renováveis</i></p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final bruto de energia, bem como para a quota de energia proveniente de fontes renováveis consumida pelos transportes.</p> <p>Este diploma, que transpõe disposições de uma diretiva comunitária, define ainda os métodos de cálculo da quota de energia proveniente de fontes de energia renováveis e estabelece o mecanismo de emissão de garantias de origem para a eletricidade a partir de fontes de energia renováveis.</p>
<p><i>Regime de acesso da iniciativa privada à concessão de sistemas de águas, saneamento e de resíduos sólidos urbanos</i></p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada, viabilizando a concessão de sistemas multimunicipais de resíduos sólidos urbanos a entidades de capitais maioritária ou totalmente privados, e a subconcessão de sistemas multimunicipais de águas e de saneamento de águas residuais a entidades de natureza também privada.</p> <p>Esta proposta cumpre o Programa do Governo, que definiu como principais objetivos na área do ambiente a resolução dos problemas ambientais de primeira geração (água, saneamento, resíduos e contaminação dos solos), bem como a implementação da nova geração de políticas ambientais europeias (assentes na internalização dos custos ambientais na economia).</p>
<p><i>Novo regime de cumprimento das formalidades de desalfandegamento das mercadorias</i></p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos, bem como a utilização dos respetivos sistemas informáticos para a comunicação dos atos praticados pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito dessas formalidades.</p>

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 27 de dezembro	Fica assim regulado o novo regime de cumprimento das formalidades de desalfandegamento das mercadorias, bem como das formalidades associadas aos impostos especiais de consumo e imposto sobre os veículos através de transmissão eletrónica de dados, indo ao encontro das disposições comunitárias relativas a um ambiente sem papel para as alfândegas e o comércio.
<i>Agenda Portugal Digital</i>	Aprovou a Agenda Portugal Digital, alinhada com a Estratégia Europa 2020.
Conselho de Ministros de 20 de dezembro	A Agenda Portugal Digital prevê um forte envolvimento do sector privado, em especial do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e aposta no desenvolvimento da economia digital e na sociedade do conhecimento, como base para a disponibilização de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado e direcionados para os mercados internacionais.
<i>Microprodução e miniprodução de eletricidade</i>	Aprovou um diploma que altera o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução, bem como o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade por unidades de miniprodução.
Conselho de Ministros de 11 de dezembro	Deste modo, passa a ser centralizado no comercializador de último recurso, a aquisição da eletricidade produzida pelas unidades de microprodução e miniprodução, procedendo-se à clarificação do regime remuneratório geral, transitoriamente aplicável a ambos os tipos de unidades.
<i>Electroprodutores eólicos - regime remuneratório</i>	Aprovou o regime remuneratório aplicável aos centros electroprodutores eólicos, prevendo a possibilidade de adesão a um regime remuneratório alternativo durante um período adicional de cinco ou sete anos após o termo dos períodos iniciais de remuneração garantida atualmente em curso.
Conselho de Ministros de 11 de dezembro	A adesão a este regime implica a contribuição para a sustentabilidade do Sistema Eléctrico Nacional, através do pagamento de uma compensação financeira.
<i>Fornecimento de gás natural</i>	Aprovou o prolongamento do período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos de gás natural aos clientes finais com consumos anuais superiores a 10 000 m ³ , período esse que terminava a 31 do presente mês.
Conselho de Ministros de 11 de dezembro	Assim, os prestadores de último recurso devem, até data a definir mediante portaria, ouvida a Entidade Reguladora do Sistema Energético, continuar a fornecer gás natural aos clientes finais de gás natural com consumos anuais superiores a 10 000 m ³ que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento.
<i>Programa Valorizar</i>	Aprovou o Programa Valorizar, que visa a implementação de um conjunto de políticas de estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local, que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial numa lógica de coesão territorial, num horizonte temporal convergente com o novo período de programação de instrumentos comunitários (2014/2020).
Conselho de Ministros de 6 de dezembro	O Programa Valorizar assenta nas seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas; • Linha de financiamento para apoio à realização de projetos de base produtiva; • Mérito regional na seleção dos projetos candidatos aos Sistemas de Incentivos do QREN; • Rede Nacional de Parcerias Territoriais de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social de Base Local; • Estratégias territoriais para o ciclo de programação 2014-2020;

Iniciativa

Sumário

- Relatório do Estado da Coesão Territorial e
- Prémio para o Desenvolvimento Regional.

A realização deste programa tenha um custo total estimado de cerca de 256 milhões de euros, sendo mobilizados recursos FEDER dos Programas Operacionais Regionais Norte, Centro, Alentejo e Algarve e do Programa Operacional de Assistência Técnica FEDER e ainda recursos do empréstimo-quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Centralização da UMC do Ministério da Agricultura</i></p> <p>Despacho n.º 15546/2012. D.R. n.º 236, Série II de 2012-12-06</p>	<p>Determina a centralização, na Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, na condução dos procedimentos de contratação das aquisições, designadamente a adjudicação das propostas em representação das entidades compradoras, relativas às categorias de bens e serviços.</p>
<p><i>Autorização repartição de encargos IFAP, I.P.</i></p> <p>Portaria n.º 713/2012. D.R. n.º 236, Série II de 2012-12-06</p>	<p>Autoriza o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P., a proceder à repartição de encargos, relativos ao contrato a celebrar com a entidade adjudicatária para aquisição de serviços para a realização de controlo e teledeteção em regime de contratação externa, nos anos de 2013 e 2014.</p>
<p><i>Revisão categorias bens e serviços IMC do MSSS</i></p> <p>Portaria n.º 401/2012. D.R. n.º 236, Série I de 2012-12-06</p>	<p>Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2012.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 16411/2012. D.R. n.º 237, Série II de 2012-12-07</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de janeiro de 2013.</p>
<p><i>Conta provisória</i></p> <p>Declaração n.º 270/2012. D.R. n.º 237, Série II de 2012-12-07</p>	<p>Conta provisória de janeiro a setembro de 2012.</p>
<p><i>Autorização celebração contrato prestação serviços</i></p> <p>Portaria n.º 723/2012. D.R. n.º 237, Série II de 2012-12-07</p>	<p>Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a celebrar um contrato de prestação de serviços de equipa técnico-científica afeta à exploração do CNRLI, para prestar serviço nas instalações do Centro Nacional de Reprodução Lince Ibérico (CNRLI).</p>
<p><i>Oferta pública de venda da ANA - Aeroportos de Portugal</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2012. D.R. n.º 237, Série I de 2012-12-07</p>	<p>Aprova a oferta pública de venda de 5 % das ações representativas do capital social da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A. (ANA, S. A.), para aquisição reservada aos seus trabalhadores, assim como a trabalhadores das sociedades detidas pela ANA, S. A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas estas ações, assim como as que constituem objeto do processo de venda por negociação particular.</p>
<p><i>TAP - período de indisponibilidade das ações</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2012. D.R. n.º 237, Série I de 2012-12-07</p>	<p>Determina o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas, na sua totalidade, as ações representativas do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.</p>
<p><i>Conselho Nacional para a Economia Social</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2012. D.R. n.º 237, Série I de 2012-12-07</p>	<p>Revê a composição e o funcionamento do Conselho Nacional para a Economia Social, alterando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010, de 4 de Agosto.</p>
<p><i>Mercado interno de eletricidade - regras comuns</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 73/2012. D.R. n.º 237, Série I de 2012-12-07</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e completa a transposição da Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade, publicado no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 194, de 8 de outubro de 2012.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Sistema Elétrico Nacional (SEN) - organização e funcionamento</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 74/2012. D.R. n.º 237, Série I de 2012-12-07</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade, publicado no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 194, de 8 de outubro de 2012.</p>
<p><i>Comissão interministerial Programa Revitalizar</i></p> <p>Despacho n.º15653/2012. D.R. n.º 238, Série II de 2012-12-10</p>	<p>Cria a Comissão Técnica Interministerial do Programa Revitalizar.</p>
<p><i>Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 144/2012. D.R. n.º 241, Série I de 2012-12-13</p>	<p>Orientações relativas à negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (QFP) a serem seguidas por Portugal, designadamente na próxima reunião do Conselho Europeu.</p>
<p><i>Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 145/2012. D.R. n.º 241, Série I de 2012-12-13</p>	<p>Contributo à definição dos princípios pelo Governo Português à negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (QFP).</p>
<p><i>Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica</i></p> <p>Portaria n.º 407/2012. D.R. n.º 242, Série I de 2012-12-14</p>	<p>Cria o Fundo de Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica para a Estabilização do Serviço Nacional de Saúde para o Mercado Ambulatório e o Fundo de Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica para a Estabilização do Serviço Nacional de Saúde para o Mercado Hospital.</p>
<p><i>Passaportes Emprego 3i - regulamento</i></p> <p>Portaria n.º 408/2012. D.R. n.º 242, Série I de 2012-12-14</p>	<p>Implementa as Medidas Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Emprego Internacionalização, e aprova o Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i.</p>
<p><i>Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 279/98, de 17 de setembro</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 261/2012. D.R. n.º 243, Série I de 2012-12-17</p>	<p>Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 279/98, de 17 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro, e procede à transferência dos bilhetes do Tesouro para a INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.</p>
<p><i>Alteração Portaria n.º 1295/2007</i></p> <p>Portaria n.º 412/2012. D.R. n.º 243, Série I de 2012-12-17</p>	<p>Quinta alteração à Portaria n.º 1295/2007, de 1 de outubro que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.</p>
<p><i>Taxa de referência</i></p> <p>Aviso n.º 16787/2012. D.R. n.º 243, Série II de 2012-12-17</p>	<p>Taxa de referência para o cálculo de bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2013.</p>
<p><i>Prestação pecuniária ANA - Aeroportos de Lisboa</i></p> <p>Despacho n.º 16105/2012. D.R. n.º 245, Série II de 2012-12-19</p>	<p>Prestação pecuniária ANA - Aeroportos de Lisboa.</p>
<p><i>Acordo de Aviação Euromediterrânico</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 170/2012. D.R. n.º 245, Série I de 2012-12-19</p>	<p>Ratifica o Acordo de Aviação Euromediterrânico entre a União Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e o Reino Hachemita da Jordânia, por outro, assinado em Bruxelas em 15 de dezembro de 2010.</p>
<p><i>Empresas públicas – Parpública</i></p> <p>Despacho n.º 16106/2012. D.R. n.º 245, Série II de 2012-12-19</p>	<p>Despacho de classificação de empresas públicas – Parpública, tendo em vista a aplicação das regras estabelecidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).</p>
<p><i>INA – absorção de atribuições e competências</i></p> <p>Despacho n.º 16107/2012. D.R. n.º 245, Série II de 2012-12-19</p>	<p>Transferência para o INA da missão, atribuições e competências da Entidade Gestora da Mobilidade e da Entidade Especializada Pública.</p>
<p><i>Aumento de tarifas para os títulos de transporte</i></p> <p>Despacho normativo n.º 24-B/2012. D.R. n.º 245, Suplemento, Série II de 2012-12-19</p>	<p>Aumento de tarifas para os títulos de transporte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AMT), a partir de 1 de janeiro de 2013.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Orçamento do Estado para 2012 - segunda alteração</i></p> <p>Lei n.º 64/2012. D.R. n.º 246, Série I de 2012-12-20</p>	<p>Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.º 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.º 229/95, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de Fevereiro.</p>
<p><i>Regime de assistência mútua à cobrança de impostos, direitos e outras medidas</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 263/2012. D.R. n.º 246, Série I de 2012-12-20</p>	<p>Transpõe a Diretiva n.º 2010/24/UE, do Conselho, de 16 de março de 2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação do regime de assistência mútua à cobrança a que fica sujeito o Estado Português.</p>
<p><i>Regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 264/2012. D.R. n.º 246, Série I de 2012-12-20</p>	<p>Estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.</p>
<p><i>Reserva Ecológica Nacional</i></p> <p>Portaria n.º 419/2012. D.R. n.º 246, Série I de 2012-12-20</p>	<p>Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.</p>
<p><i>Tarifas de eletricidade</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 78/2012. D.R. n.º 247, Série I de 2012-12-21</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 256/2012, de 29 de novembro, do Ministério da Economia e do Emprego, que estabelece disposições tendentes a assegurar condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional e permitir a operacionalização, no sistema tarifário, da dedução nos montantes de determinados sobrecustos do SEN de receitas legalmente afetas à sua compensação, publicado no Diário da República, n.º 231, 1.ª série, de 29 de novembro de 2012</p>
<p><i>Fundo de Resolução</i></p> <p>Portaria n.º 420/2012. D.R. n.º 247, Série I de 2012-12-21</p>	<p>Aprova o Regulamento do Fundo de Resolução. O Fundo, que tem por objeto principal a prestação de apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal, foi criado pelo Decreto –Lei n.º 31 -A/2012, de 10 de fevereiro, no âmbito da revisão do regime de saneamento e liquidação das instituições de crédito e sociedades financeiras.</p>
<p><i>Modelos de impressos - IRS</i></p> <p>Portaria n.º 421/2012. D.R. n.º 247, Série I de 2012-12-21</p>	<p>Aprova os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS</p>
<p><i>Portarias de extensão - Metropolitano de Lisboa</i></p> <p>Portaria n.º 736/2012. D.R. n.º 247, Série II de 2012-12-21</p> <p>Portaria n.º 737/2012. D.R. n.º 247, Série II de 2012-12-21</p> <p>Portaria n.º 738/2012. D.R. n.º 247, Série II de 2012-12-21</p>	<p>Portarias de extensão de encargos do Metropolitano de Lisboa, EPE</p>

Abreviaturas Utilizadas

